



Claudina Damascena Ozório

**Repercussões do casamento dos pais no casamento
dos filhos: semelhanças e diferenças**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da PUC-
Rio como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Março de 2017



Claudina Damascena Ozório

**Repercussões do casamento dos pais
no casamento dos filhos: semelhanças
e diferenças**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Celia Regina Henriques

CCE/PUC-Rio

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação

e Pesquisa do Centro de Teologia

e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Claudina Damascena Ozório

Graduou-se em Psicologia Clínica na PUC-Rio em 2014. Fez curso de Psicooncologia pela PUC-Rio em 2014. Foi bolsista IC/CNPq na linha de pesquisa Família e Casal no departamento de Psicologia Clínica da PUC-Rio. Participou de diversos congressos na área de Psicologia Clínica e Social. Cursando Especialização em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos na FIOCRUZ/ RJ (Fundação Oswaldo Cruz). Cursando Psicologia e Relações Raciais no Instituto AMMA Psique e Negritude em São Paulo.

Ficha Catalográfica

Ozório, Claudina Damascena

Repercussões do casamento dos pais no casamento dos filhos: semelhanças e diferenças / Claudina Damascena Ozório ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2017.

58 f.

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2017.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Casamento. 3. Pais. 4. Filhos. 5. Modelo tradicional. 6. Modelo contemporâneo. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

À minha família.

Agradecimentos

A escrita de uma dissertação possui algumas características similares às relações familiares, ambas exigem muito amor, dedicação e paciência. Ao longo do processo de elaboração deste trabalho, pude conhecer um pouco mais sobre como as relações familiares e sociais nos constituem enquanto sujeito. Nesse processo, tive a oportunidade de conhecer, também, um pouco mais sobre as minhas raízes, o que me permitiu contato com a minha ancestralidade. Discorrer sobre a transmissão psíquica entre as gerações, nos remete ao mais íntimo do sagrado familiar. As formas de nos relacionar, consciente e inconsciente, direcionam as nossas escolhas. Talvez, seja isto que me faça compreender a sensação de missão cumprida que sinto nesse momento. A finalização dessa etapa me possibilita elevar, a mais um degrau, o legado familiar a mim transmitido. Nesse momento, o meu agradecimento se estende a todos ao meu entorno. Porém, devo gratidão especial a algumas pessoas, que foram primordiais para que a minha ascensão a mais esse degrau ocorresse.

Primeiramente, à minha orientadora, Terezinha Féres-Carneiro, pela paciência e afeto com o qual me orientou ao longo da execução deste trabalho. Por todo carinho e ensinamento a mim dispensado ao longo desses anos, como membro no grupo de pesquisa sob sua coordenação.

Aos meus pais por me apoiarem em todas as minhas escolhas, me dando base para alçar voos maiores. Por terem me ensinado princípios e valores os quais levarei por toda vida e passarei, honrosamente, aos meus descendentes. Pelos cuidados a mim dispensados e pela sabedoria em educar aos meus irmãos e a mim com simplicidade e muita alegria.

Ao tio Zé e à tia Gê, por terem me acolhido em sua casa com carinho, atenção e alegria. Sem vocês, nada disso seria possível.

À minha família inteira, irmãos, primos e amigos por me fazerem companhia nos dias de frio intenso, torcendo por mim. Vocês facilitaram a minha trajetória e fizeram essa caminhada mais leve e possível. Um agradecimento especial à pequena Mel, minha fiel e curiosa escudeira.

Aos professores e funcionários do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, pelo apoio dado ao longo deste processo.

À CAPES, pelo incentivo e bolsa que possibilitou a realização deste trabalho.

Ao Leo, meu amado parceiro, que nos momentos mais difíceis soube respeitar as minhas escolhas, me dando apoio, cuidado e atenção, lembrando-me que eu também existo. Seu amor me faz mais forte. Muita gratidão!

Resumo

Ozório, Claudina Damascena; Féres-Carneiro, Terezinha. **Repercussões do casamento dos pais no casamento dos filhos: semelhanças e diferenças.** Rio de Janeiro, 2017, 58p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo geral desta dissertação é investigar as repercussões do casamento dos pais na conjugalidade dos filhos, a partir da percepção destes, ressaltando as semelhanças e as diferenças. Já os objetivos específicos são: estudar as transformações ocorridas no casamento e na família, nas duas gerações; investigar a presença de conteúdos da transmissão psíquica geracional na vivência da conjugalidade dos filhos; e estudar a manifestação do afeto nos casamentos das duas gerações. Para tanto, utilizamos as respostas discursivas coletadas, mas não analisadas, em pesquisa anterior sobre a validação do *Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais*. Avaliamos as respostas de 50 sujeitos casados de ambos os sexos pelo método de análise de conteúdo. Dos textos emergiram quatro categorias de análise: *casamento no modelo tradicional e no modelo contemporâneo; diálogos e conflitos; amor, companheirismo e manifestação de afeto; e casamento dos pais como modelo*. Observamos que, tanto para as mulheres como para os homens, o casamento dos pais é visto como modelo de conjugalidade. Todavia, os entrevistados apontam mais diferenças do que similaridades entre os casamentos das duas gerações e ressaltam a busca pela abertura para o diálogo nas suas próprias relações conjugais. Constatamos que os sujeitos que percebem as semelhanças entre o seu casamento e o dos pais, exaltam as características positivas presentes no casamento dos pais e que se repetem em seu próprio casamento. Já, os sujeitos que apontam as diferenças trazem o caráter da percepção da ausência, no casamento dos pais, de sentimentos que consideram importantes como respeito e companheirismo. Concluímos que o casamento dos filhos parece ter propiciado capacidade de elaboração dos aspectos percebidos como negativos no casamento dos pais.

Palavras-chave

Casamento; pais; filhos; modelo tradicional; modelo contemporâneo; manifestação de afeto.

Abstract

Ozório, Claudina Damascena; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Repercussions of the Marriage of Parents on the Marriage of Children: Similarities and Differences.** Rio de Janeiro, 2017, 58p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The overall purpose of this dissertation is to investigate the repercussions of the conjugality of parents on the conjugality of children, from the perception of the latter, stressing the similarities and differences. The specific purposes of this dissertation are to study the transformations that take place within the marriage and family in both generations; to investigate the presence of generational psychic transmission contents in the conjugal experience of children; and to study the displays of affection in the marriage of both generations. In order to do this, we used the open responses collected – but not analyzed – from a previous survey about the validation of the *Parental Conjugality Questionnaire*. We evaluated the responses from 50 married subjects, from both genders, using the content analysis method. Four categories of analysis emerged from the responses: *marriage in the traditional model and in the contemporary model*; *dialogues and conflicts*; *love, companionship and display of affection*; and *the marriage of parents as a model*. We observed that both women and men view the marriage of their parents as a model of conjugality. However, the interviewees pointed out more differences than similarities between the marriages of the two generations, and the children emphasized the search for openness for dialogue in their own conjugal relationships. We observed that the subjects who notice the similarities between their marriage and the one of their parents praise the positive traits present in the marriage of their parents and that are repeated in their own marriage. However, the subjects that point out the differences seem to have a perception, regarding the marriage of their parents, of the absence of feelings they consider important, such as respect and companionship. We conclude that the marriage of the children seem to have fostered the ability to elaborate the aspects perceived as negative present in the marriage of their parents.

Keywords:

Marriage; parents; children; traditional model; contemporary model; display of affection.

Sumário

Introdução	10
1. Casamento dos pais e conjugalidade dos filhos: do modelo tradicional ao contemporâneo	16
2. Casamento dos pais e casamento dos filhos: o amor e seus ingredientes no ambiente conjugal	22
3. Casamento dos pais: possibilidades de transformação	28
4. Método	33
4.1. Instrumentos e procedimentos	33
4.2. Cuidados Éticos	34
4.3. Análise e discussão dos resultados	34
5. Considerações Finais	52
6. Referências bibliográficas	56

Introdução

A família tem passado significativas transformações ao longo do tempo, desde a antiguidade, onde não havia distinção entre adultos e crianças, com pouca ou nenhuma atenção dada aos afetos que circulavam entre os membros familiares. A família tradicional é caracterizada pela hierarquia bem estabelecida, soberania do homem em relação à mulher e aos filhos, com relações demarcadas por desequilíbrio de poder entre homem e mulher. A família moderna tem o amor a base para as relações, especialmente para as escolhas conjugais. Nos dias atuais, as famílias se apresentam de forma multifacetada, flexível, descontínua, sendo demarcadas por relações mais horizontalizadas, com maior intimidade e valorização dos sentimentos e afetos entre os membros familiares (PASSOS, 2015).

Em “*A historia social da criança e da família*”, Ariès (1981) discorre sobre a transição da família medieval para família moderna, enfatizando a mudança do lugar do afeto. De acordo com o autor, a primeira era demarcada pelo distanciamento físico e afetivo entre pais e filhos, especialmente na infância. A educação das crianças era feita pela aprendizagem junto aos adultos e com outra família que não a sua. Os pais nutriam amor pelos filhos, porém a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Esse modo de funcionamento foi sendo modificado com a substituição da aprendizagem na escola. Esse momento de transição exprime maior aproximação da criança com a família, do sentimento de família e também do sentimento de infância, possibilitando o estreitamento de laços. Desse modo, os filhos passam então a participar mais da vida familiar e o sentimento de família se desenvolve no âmbito privado, na intimidade doméstica.

Ao longo do século XX, estabeleceu-se a tradicional estrutura doméstica, composta por um homem, pai provedor e uma mulher, que além de mãe cuidadora do lar e da prole, possuía a função de manter o casamento. Nesse modelo de família, marcado pelo patriarcado, o homem era o principal responsável por provimento financeiro da casa e tinha poder sobre a esposa e os filhos. Existia então uma autoridade patriarcal inquestionável, com submissão dos demais membros ao homem da casa. Esse modelo de funcionamento familiar nos remete à figura do sagrado, com poder mágico e absoluto, como uma pessoa tabu (FREUD, 1913/2013), que possui características proibitivas e inquestionáveis. Nesse lugar, o homem detinha o poder absoluto, podendo ser fonte de segurança e equilíbrio, mas

também poderia ser fonte de angústia e insegurança para os membros familiares, podendo emergir sentimentos contraditórios. Já a mulher ocupava o lugar de submissão e inferioridade perante o marido e a sociedade.

Saffioti (2015) enfatiza a existência do sexismo nesse modo de funcionamento, com estrutura de poder desigual, denunciando o machismo expresso nessas relações. Segundo a autora, o patriarcado oferta à mulher e ao homem condutas que, na verdade, manterão as desigualdades de gênero. Desse modo, a figura feminina é incentivada a comportar-se de forma dócil, cordial e apaziguadora e a figura masculina é incentivada a condutas mais agressivas e perigosas, reveladoras de força e de coragem. Recai, assim, sobre o homem a responsabilidade de prover as necessidades materiais da família, e se ele não consegue cumprir o papel social a ele destinado, poderá sentir-se impotente, o que também pode gerar conflitos no ambiente conjugal e familiar, pendendo até mesmo para a destrutividade e a violência. Para a autora, as desigualdades ainda existentes entre os gêneros são resquícios do patriarcado de outrora.

Com o passar do tempo, as mudanças sociais foram ocorrendo e o modelo tradicional de família, com pai provedor e mãe do lar, modificou-se. As figuras parentais foram exercendo novas funções, com isso assumindo novos papéis. Uma dessas mudanças ocorreu no papel da mulher, sobretudo, com a sua entrada no mercado de trabalho, somada à busca cada vez maior por profissionalização (DINIZ E COELHO, 2005). Ela conquistou espaço no ambiente de trabalho, buscando cada vez mais qualificação e crescimento profissional (LAZARTIGUES, 2007; ROCHA-COUTINHO, 2015). Embora estejam longe de alcançarem a almejada igualdade, elas passam a ocupar cada vez mais espaço no mercado de trabalho, o que ocasionou mudanças também no âmbito privado. Os homens também precisaram se adaptar à nova realidade e redefinirem os valores (STAUDT & WAGNER, 2008), especialmente no que tange ao compartilhamento de tarefas na esfera doméstica. Sobre esse aspecto, Jablonski (2007) enfatiza a tendência em direção à igualdade na divisão de tarefas entre marido e esposa, ainda que de forma desigual.

Concomitantemente às mudanças sociais, ao longo da história ocorreram também as transformações na intimidade. A vivência da sexualidade, especialmente para a mulher, torna-se dissociada do casamento, permitindo assim maior liberdade e possibilidade de múltiplas experiências. As mulheres, então, alcançam a

possibilidade de ampliação de seus repertórios sexual, social, cultural e intelectual, tendo o homem que se adequar também a uma nova ordem simbólica (PASSOS, 2015). Para Giddens (1993), as transformações da intimidade trazem um mundo de negociação sexual e de relacionamentos, com novas formas de vivenciar compromisso e intimidade. Desse modo, as mudanças fragilizaram o lugar do homem enquanto “Senhor do lar”, emergindo necessidade de transformações na forma como se dão as relações conjugais e familiares e, até mesmo, na forma como acontecem os contratos conjugais.

O sentimento de pertença ao grupo familiar e a circulação dos afetos entre os membros do casal propicia a emergência de sentimentos mais positivos no âmbito familiar, com tendência à maior satisfação conjugal. Dessa forma, o modo como os pais se relacionam repercute na promoção de saúde emocional e bem estar dos filhos. Cada encontro entre os membros do casal e entre eles e a sua prole permite a criação da realidade compartilhada. Para Puget (2000), cada encontro entre os sujeitos propicia o reconhecimento de novos elementos, que fazem parte da construção de sua pertença ao grupo.

Nessa perspectiva, podemos pensar que a maior aproximação da criança ao seu núcleo familiar permitiu-lhe ocupar um lugar na cena familiar, passando a fazer parte da realidade compartilhada. Essa mudança no modo de ser família possibilitou a emergência dos afetos e os pais passaram a ter responsabilidade pelos cuidados com os filhos. Além disso, possibilitou que os filhos pudessem ter o casamento dos pais como referência e a convivência entre os membros familiares propiciou o processo de identificação com as figuras parentais, a diferenciação e a subjetivação dos membros familiares.

Com as transformações ocorridas, passa a existir a possibilidade de escolha do parceiro, de forma mais autônoma e voluntária. Nesse modo de se relacionar, o amor entra em cena, ocupando o centro, surgindo então o amor romântico. Dessa forma, os “eus” se unem, formando um “nós” e os interesses dos amados ficam voltados um para o outro, possibilitando a criação de uma realidade compartilhada. Porém, o relacionamento amoroso não envolve somente amor, mas também outros sentimentos, por vezes paradoxais, que fazem parte da convivência entre os membros do casal. Para Passos (2013), os paradoxos do afeto estão presentes no relacionamento amoroso e os cônjuges precisam equilibrar sentimentos opostos, de forma a não pender para os extremos.

Ao longo de nossas vidas, conhecemos pessoas que se assemelham com figuras que em algum momento tiveram função de cuidado em relação a nós. A escolha do parceiro pode estar ligada à familiaridade que o mesmo nos traz. Por vezes, pode se assemelhar com uma das figuras parentais, pai ou mãe ou figura de referência que os substituiu. O indivíduo pode identificar-se com as características boas presentes no outro, bem como com alguém com características similares ou almejadas. Desse modo, o casamento dos pais serve de modelo para a conjugalidade dos filhos, ainda que busquem fazer diferente.

Os cuidados dos pais e o contexto familiar possibilitam condições de diferenciação entre os sujeitos, facilitando ou dificultando a metabolização dos modelos familiares introjetados. O casal conjugal propicia um espaço potencial para a constituição saudável do eu. Além disso, é base para a estruturação da subjetividade. Este é um processo que ocorre ao longo o desenvolvimento psíquico do indivíduo e é psiquicamente transmitido entre as gerações. Féres-Carneiro e Magalhães (2007) ressaltam que

a noção de transmissão psíquica geracional se refere à inscrição do sujeito na cadeia da qual ele é um elo e se submete ao mesmo tempo, à estruturação da subjetividade, ao desenvolvimento psíquico daquilo que o sujeito herda, ao seu pertencimento ao grupo familiar e às formações intermediárias que articulam os espaços psíquicos intra e intersubjetivos” (p.114).

Nessa perspectiva, a geração que recebe terá o trabalho de transformar o que lhe foi transmitido. Granjon (2000) enfatiza a existência do trabalho de reconstrução e transformação que ocorre na transmissão do legado familiar de uma geração para outra. Desde o momento originário, o indivíduo recebe uma herança que é inscrita em sua psique. Desse modo, o sujeito ganha um lugar que lhe é oferecido no grupo que o acolhe, tornando-se elo de uma cadeia geracional da qual é herdeiro com a função de também transmitir às demais gerações, dando continuidade à missão familiar de perpetuação do legado recebido.

A identificação com a conjugalidade dos pais pode possibilitar aos filhos tê-los como referência para a sua própria conjugalidade. O casamento dos pais pode funcionar como espelhamento para a conjugalidade dos filhos, podendo ser considerado como o ideal de casal e de amor. Esta representação de amor pode se constituir na base inconsciente para a busca do parceiro amoroso. A percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais leva-nos a refletir sobre a dimensão do vínculo conjugal e sobre o espaço potencial propiciado pela relação conjugal. O encontro

amoroso pode ser visto como um espaço de criatividade em que os parceiros possam continuar produzindo novidade a cada encontro entre os membros do casal. O reconhecimento da alteridade abre espaço para a produção do novo que acontece entre duas estranhezas que se encontram em um espaço de complementaridade.

A conjugalidade leva-nos a esse universo de ressonâncias, ambiguidades, encontros e desencontros entre alteridades, apontando para as peculiaridades de cada relacionamento. A conjugalidade dos pais pode repercutir na conjugalidade dos filhos, o que nos leva a refletir sobre a constituição genealógica, filiação e transmissão psíquica. O modo de ser casal, embora tenha particularidades de cada vínculo, também possui o herdado, o percebido, o dito e o não dito que permearão a interação conjugal. A vivência dos filhos se dá no mundo compartilhado do casal que propicia o ambiente familiar que funciona como fonte de nutrição para a prole. As experiências vivenciadas nesse ambiente imprimem no sujeito marcas que, de algum modo, podem servir de referência para as relações futuras, inclusive para a escolha amorosa. Os membros do casal recebem como herança das gerações anteriores crenças, padrões e modos de interação.

O tecido relacional entre os membros do casal, em constante criação, se enredam em semelhanças e diferenças, proximidades e distâncias, complementaridades e simetrias. E o julgamento de maior ou menor satisfação conjugal provém da avaliação desse tecido relacional. A satisfação conjugal possui caráter subjetivo e pessoal, porém, podemos refletir sobre os caminhos que levam ao progresso da qualidade de vida do casal. Embora possa ser prazeroso e gratificante, ser parte integrante de um casal demanda um esforço de ambos os membros para a vivência saudável e satisfatória em uma vida a dois, o que será percebido pelos filhos. Sendo que a vivência no ambiente familiar permite ao sujeito a construção de habilidades interacionais que servirão de referência para as demais relações. Os pais contribuem para a construção no indivíduo de habilidades emocionais fundamentais para as demais relações sociais e possibilitam o desenvolvimento da maturidade emocional

Interessamo-nos, portanto, estudar as repercussões do casamento dos pais na conjugalidade dos filhos, ressaltando semelhanças e diferenças entre a conjugalidade dos sujeitos e a de seus pais, tendo em vista que o casal conjugal funciona como modelo identificatório para os filhos e possui a missão de transmitir a eles o legado familiar. Os filhos, enquanto herdeiros, possuem a tarefa de dar

continuidade ao trabalho psíquico do grupo familiar, ocupando o lugar oferecido na cadeia das gerações, com a missão de gerir, adquirir e transmitir.

Esta dissertação tem por objetivo geral investigar as repercussões da conjugalidade dos pais na conjugalidade dos filhos, a partir da percepção destes. São objetivos específicos: estudar as transformações ocorridas no casamento e na família, nas duas gerações; investigar a presença de conteúdos da transmissão psíquica geracional na vivência da conjugalidade dos filhos; estudar a manifestação do afeto nos casamentos das duas gerações.

1. Casamento dos pais e conjugalidade dos filhos: do modelo tradicional ao contemporâneo

Na antiguidade, o casamento era marcado pelos interesses das famílias de origem dos nubentes, tendo como objetivos principais a preservação do patrimônio e a autopreservação. O funcionamento familiar era hierárquico, com o homem no lugar de detentor do poder familiar, e a mulher e os filhos sob a sua autoridade, emergindo com isso assimetria de poder. Os sentimentos mútuos que pressupunham maior intimidade, não assumiam a importância que assumem atualmente, muitas vezes nem existiam e não eram considerados necessários (ARIÈS, 1981; PASSOS, 2015).

Em relação aos lugares demarcados para o homem e para a mulher na família patriarcal, sendo mulher e filhos submissos ao homem, cabe-nos o questionamento: no cenário da época, seria o marido uma fonte do tabu, com poder mágico inerente à sua condição de proprietário da mulher e dos filhos? Pensando sob essa perspectiva, as atitudes do homem em relação à esposa e aos filhos, enquanto seus objetos de poder, seriam inquestionáveis. Como pessoa tabu, o marido possuía um grande poder, podendo este ter efeito destrutivo. O poder inerente ao marido, então, envolvia restrições e proibições inquestionáveis aos seus dependentes, por vezes dotadas de sentido e por vezes incompreensíveis. Em relação ao caráter proibitivo do tabu, Freud (1913/ 2013) assinala que:

“A maioria das proibições diz respeito à capacidade de fruição, à liberdade de movimento e comunicação. Em muitos casos parecem dotadas de sentido, indicam evidentemente certas abstinências e renúncias; em outros casos são de teor incompreensível, contemplam detalhes sem valor, parecem de natureza inteiramente cerimonial” (FREUD, 1913/ 2013, p. 16).

Nesse sentido, o desenvolvimento emocional dos membros da família era fortemente marcado pelo patriarca, que poderia interferir de forma a propiciar, facilitar ou dificultar a circulação dos afetos na família. Assim, se havia o lugar de marido socialmente concebido como o homem da casa, sendo ele o detentor das decisões, então havia também atitudes previamente esperadas dele enquanto chefe da família. Em determinados momentos, suas atitudes poderiam parecer incompreensíveis aos demais, porém, ele era uma pessoa tabu a quem se devia obediência, sem questionamentos. Nesse sentido, esposa e filhos deveriam ter

cautela para se dirigir ao “Senhor do lar”, pois esse se encontrava em lugar intocável e superior.

Esse modelo familiar, com desequilíbrio de poder, com dependência absoluta dos demais membros familiares do “homem da casa”, poderia gerar ambivalência de sentimentos, podendo emergir no ambiente familiar sentimento de insegurança e de medo em detrimento do sentimento de proteção. Essa situação poderia deixar marcas traumáticas nos filhos, comprometendo negativamente o seu desenvolvimento psíquico, e também na mulher, podendo levá-los até ao adoecimento. As atitudes por vezes incompreensíveis do homem poderiam trazer a ideia de respeito em relação às decisões por ele tomadas, o que na verdade poderia estar relacionado ao medo de punição ou talvez mesmo a um tipo de certeza de desgraça. Havia um acordo tácito entre os membros familiares, em que o lugar de poder era, automaticamente, concedido ao homem e, de algum modo, esse funcionamento tinha papel de integração e manutenção da estrutura familiar. Para Passos (2015):

“A dimensão do poder paterno, discutido em diferentes esferas do conhecimento, nada mais é do que uma força política que se espalhou nas relações sociais, e, principalmente, nas relações familiares, demarcando por muito tempo os princípios reguladores das relações de afeto entre todos os membros” (p.14).

Diante disso, podemos pensar na existência de rigor e rigidez no sistema familiar tradicional, com o pai legislador e interditor das relações dentro da família. Devemos considerar, também, os aspectos subjetivos desse modo de organização social e familiar, no qual as mulheres e as crianças eram as mais afetadas, tendo de viver sob as leis e sob o poder do homem.

As ideias de família como valor, do sentimento de casa, de família e de maternidade surgiram na cultura europeia do século XVII, se consolidando nos séculos XVIII e XIX, conforme descrito por Ariès (1981). Pressupõe-se a ideia de lar como um lugar de segurança e da figura do homem como provedor, sendo o afeto considerado algo secundário e mais relacionado à figura feminina, que era do lar e cuidadora. O lugar do provedor deriva da ideia do casamento como um contrato, que pressupõe que o amor e os demais afetos são secundários aos interesses econômicos, quiçá inexistentes. Nessas condições, a figura provedora torna-se o “senhor do lar”, com direitos sobre os bens, o lar, a prole e a esposa, tendo de cumprir esse papel com virilidade (SAFFIOTI, 2015). Assim, com todos

os direitos reservados e resguardados, o homem podia agir como bem quisesse inclusive de forma adúltera e, por vezes, violenta em relação à mulher e aos filhos. Estes não tinham outra opção a não ser aceitar o que lhes era concedido, pois, até então, eram destituídos de direitos. À mulher cabia a gestão doméstica e das relações afetivas familiares. Além disso, era seu papel atender às demandas masculinas em relação à atividade sexual, do contrário poderiam ocorrer desentendimentos e brigas, e até atos violentos.

Aspectos como falta de diálogo entre os membros do casal, problemas emocionais, alcoolismo, dificuldades sexuais e fragilidade de autoimagem são alguns fatores que podem estar entrelaçados às situações de violência (MACHADO; MAGALHÃES, 1999). As autoras destacam que nas relações violentas os envolvidos se defrontam com as situações-limite em que deverão lidar com os sentimentos opostos que ora ou outra surgirão, tendo de administrar amor e ódio, afeto e violência, submissão e dependência. Dessa forma, as relações conjugais são fonte de paradoxos do afeto, sendo necessária aos membros do casal, maturidade emocional para lidar com os sentimentos, nem sempre positivos, evitando assim pender para a violência conjugal. Embora a violência no âmbito conjugal possua suas peculiaridades advindas da dinâmica do casal, de algum modo, ela afeta os demais membros, a dinâmica familiar e até mesmo o agressor pode ser impactado pela dinâmica violenta. Verardo (1990) enfatiza que a violência conjugal não se manifesta apenas por agressões físicas que podem resultar em lesões corporais graves, causando impacto psicológico e social na vida dos indivíduos, levando às vezes, a relacionamentos extraconjugais.

Fatores internos e externos podem ser moderadores para o desencadeamento das situações de violência que deixam marcas invisíveis e, por vezes, traumáticas nos cônjuges, e até mesmo nos filhos e na família extensa. Partindo do princípio de que o casamento é um lugar com possibilidade de acolhimento simbólico, envolvendo alto grau de intimidade (PASSOS, 2015), ambos os membros do casal são afetados quando há casos de traição, podendo ser traumático para um ou para ambos. Para Scheinkman (2005), o estabelecimento de confiança entre os membros do casal é um fator primordial para a intimidade e os casos extraconjugais são sempre sintomáticos de problemas mais profundos no casamento. Nesse sentido, podemos refletir sobre a extensão para os filhos do sofrimento ocasionado pela experiência traumática. Desse modo, podemos

considerar, a partir do conceito de transmissão psíquica geracional, que a presença de violência no ambiente familiar de origem pode repercutir e se repetir no ambiente da família nuclear.

Ao longo do tempo, o modelo tradicional de família, com pai provedor/mantenedor e mãe cuidadora do lar e da prole, sofre modificações. As figuras parentais foram exercendo novas funções, e com isso assumindo novos papéis, especialmente a mulher (DINIZ; COELHO, 2005; ROCHA-COUTINHO, 2015). As transformações sociais ocorridas na década de 1960 evidenciaram mudanças que afetaram o sistema e a estrutura familiar. Os modos como se davam as relações no âmbito do casamento começaram a ser questionados, emergindo a possibilidade de separação e divórcio, abrindo caminho para novas formas de conjugalidade, como recasamento e coabitação. As mulheres, antes restritas aos cuidados domésticos, reivindicaram direitos no que tange ao crescimento profissional e à realização pessoal em outros espaços (LAZARTIGUES, 2007; ROCHA-COUTINHO, 2015). Com isso, elas assumiram espaço no mercado de trabalho, o que trouxe mudanças sociais e, também, no âmbito privado, exigindo uma reorganização do sistema familiar e, conseqüentemente, um reposicionamento do homem nessa nova configuração. Concomitantemente, com a igualdade sexual crescente, o controle do homem exercido sobre a mulher torna-se cada vez mais frouxo e as mulheres passam a ter a chance de também vivenciar a sexualidade, não somente no casamento. Ainda que essa igualdade esteja longe de ser atingida, “ambos os sexos são levados a realizar mudanças fundamentais em seus pontos de vista e em seu comportamento, em relação um ao outro” (GIDDENS, 1993, P. 16). Nessa perspectiva, as mudanças sociais trazem profundas transformações nos modos como se dão as relações amorosas e sexuais, afetando também a família e o casamento, mas principalmente a sexualidade, emergindo uma nova ordem simbólica (PASSOS, 2015).

Essas mudanças afetaram a dinâmica da família, emergindo novos modos de estruturação familiar e o homem também precisou reeditar valores como macho e virilidade e assumir um lugar mais próximo na família com uma atuação mais participativa nos cuidados com a prole (STAUDT & WAGNER, 2008). As mudanças sociais e familiares, ocorridas até então, abriram caminho para o surgimento da família contemporânea, emergindo a possibilidade de vínculos voluntários, autônomos e estruturados sobre valores como diálogo, respeito mútuo

e harmonia no ambiente familiar. A família passa a ser então um lugar de proteção e busca de promoção de saúde emocional, tendo os membros do casal a função de fornecer suporte emocional para a estruturação familiar.

Giddens (1993) retrata um novo paradigma para as relações amorosas, fazendo um paralelo entre dois momentos da vivência da sexualidade nos relacionamentos amorosos. Do modo como a figura feminina passa a viver a sexualidade emerge uma mudança de paradigma, afetando também o universo masculino que teve que se adaptar à nova realidade. As transformações da intimidade trazem um mundo de negociação sexual e de relacionamentos, com novas formas de vivenciar compromisso e intimidade. A mulher sai do lugar de donzela, com nenhuma experiência sexual anterior ao casamento, passando a ter oportunidade de vivenciar a sexualidade, questionando de forma mais crítica a dominação sexual masculina. A permissão que os homens possuíam para viverem a sexualidade antes e até mesmo durante o casamento, passa a ser concedida também às mulheres. Além disso, com a possibilidade de separação e divórcio, as mulheres possuem maior liberdade de escolher se querem ou não aceitar tal situação.

Com as transformações sociais emergentes, outro olhar se lança para o ambiente familiar, emergindo também transformações na intimidade. O que antes era um ambiente com regras mais rígidas e desequilíbrio de poder, torna-se campo mais propício para a fluidez das emoções e espaço de cuidado. A intimidade passa a fazer parte das relações, tanto conjugais quanto familiares. O homem, antes pessoa tabu, passa a ser convocado a participar desse espaço anteriormente exclusivo da mulher. Em termos de igualdade de direitos, a figura feminina busca se equiparar à masculina, exigindo igualdade e divisão de responsabilidades no que se refere à prole e à casa.

Assim, as transformações sociais e familiares trouxeram mudanças nos modos como se dá a dinâmica conjugal na atualidade. Se, anteriormente, o espaço conjugal era marcado pela rigidez e desequilíbrio de poder, abre-se a possibilidade para o diálogo, trocas mais saudáveis e ambiente propiciador de circulação de afetos mais positivos. Tais aspectos podem ser atenuadores da agressividade, amenizando a tensão no processo de resolução de conflitos entre os membros do casal. A interação conjugal saudável pode, então, propiciar a emergência de ambiente com maior satisfação conjugal, o que se refletirá no desenvolvimento dos filhos. Em

termos psíquicos, os pais juntamente com o ambiente familiar possibilitam a inscrição do sujeito na cadeia genealógica da família, sendo os filhos elos entre as gerações. Desse modo, os pais, ao propiciarem a emergência de sentimentos mais positivos no ambiente familiar, podem imprimir na memória dos filhos modos interacionais mais saudáveis que serão transmitidos. Nesse sentido, a conjugalidade dos pais repercute na subjetividade dos filhos, afetando as construções de representações do mundo, o processo de simbolização e a construção de imagens como forma de expressão de afetos e experiências. No ambiente familiar, há a articulação da realidade psíquica do sujeito singular com a do grupo, sendo o sujeito o “herdeiro forçado, beneficiário, mas também pensador e até mesmo criador, daquilo que lhe foi transmitido” (GRANJON, 2000, p. 18).

Os filhos possuem a missão de dar continuidade à história familiar, prolongando a vida. A percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais pode influenciar na ressignificação de experiências traumáticas, ocasionadas na interface entre o individual e o coletivo. Nesse sentido, “o que é transmitido por uma geração será recebido pelo filho ou filhos na malha de identificações e no tecido complexo dos laços familiares que vão modificar o que é transmitido” (GRANJON, 2000, p. 27), exigindo um trabalho de transformação da herança. Desse modo, a conjugalidade é um espaço de encontros entre duas alteridades, que trazem em sua bagagem experiências e aspectos da transmissão psíquica, daí sua complexidade. Isso nos leva a crer que a conjugalidade, bem como suas interfaces com outras dimensões, devam ser estudadas, levando em conta as influências recebidas das gerações anteriores.

2. Casamento dos pais e casamento dos filhos: o amor e seus ingredientes no ambiente conjugal

Diante das atuais mudanças nas configurações familiares, do surgimento das novas famílias e das novas formas conjugais, tornam-se cada vez mais necessários os estudos sobre os elementos que compõem a conjugalidade. Não é de hoje que as considerações sobre o amor e a conjugalidade mobilizam artistas, poetas e pesquisadores. No século XVI, Luiz Váz de Camões escreveu sobre o amor no soneto n.11, concebendo-o como um ideal, repleto de bondade, altruísta, ao mesmo tempo em que enfatiza também as contradições e complexidades que envolvem o amor, tentando conceituar sua natureza paradoxal. Embora seja um poema escrito em um contexto totalmente diverso do atual, o amor é um sentimento o qual buscamos encontrar nos relacionamentos e desperta contradições e paradoxos, exigindo do ser humano habilidades sociais e emocionais para lidar com ele.

Assim, o encontro com o amor parece uma tentativa de alcançar a felicidade em sua plenitude. Na busca pela felicidade está a preferência por sentir prazer, em detrimento do sofrimento. Nesse sentido, no cerne da união entre duas pessoas estão demandas conscientes e inconscientes que propiciam a construção do vínculo conjugal e exigem um trabalho psíquico em relação às diferenças. Os membros do casal possuem desejos explícitos e implícitos, medos, receios e vontades que precisam ser conciliadas. Então há uma lógica que vai em direção ao amor, onde ambos os parceiros fazem referência ao objeto de desejo.

De acordo com Levy e Gomes (2011), em uma operação narcisista, um encontra no outro características representativas do objeto perdido que parecem responder às suas fantasias inconscientes e exigências fantasmáticas. Na escolha amorosa pode estar uma busca por completude através do outro, o que exige investimento no objeto amado sem, no entanto, apagar características que possibilitam o estabelecimento de diferenças.

Para Bauman (2004), o amor consiste na vontade de cuidar e de preservar o objeto cuidado. Segundo o autor, amar significa estar a serviço, colocar-se à disposição e aguardar a ordem. O amor estaria na gênese das coisas. Nessa perspectiva, há a reciprocidade do amar, com necessidade de troca entre quem dá e quem recebe amor. Porém, O relacionamento conjugal, não envolve somente o amor, mas outros ingredientes também precisam estar presentes como

comprometimento, companheirismo, compreensão, respeito, união e outros aspectos que poderíamos chamar de ingredientes do amor, que precisam se unir para compor a complexidade do amar. Para Passos (2013), a intimidade é um espaço simbólico que comporta sentimentos paradoxais e ambivalentes, coabitando o mesmo espaço, sem integração ou operação de síntese. Diante disso, há nesse processo consonâncias e dissonâncias que envolvem tempo e investimento emocional dos amantes.

Conforme Jablonski (2001), da complexidade que envolve o amar e ser amado emerge a necessidade da construção de afinidades repletas de delicadezas para o bom desenvolvimento do amor, como no amor companheiro, que não é romântico, nem sexual, e sim construído. Assim, à medida que a relação se solidifica, a paixão inicial que acompanha o amor vai se tornando amor companheiro, possível a partir da convivência entre os cônjuges.

De acordo com Sternberg (1986, 1988), o amor companheiro envolve os componentes intimidade e comprometimento. Nesse caso a união entre os membros do casal permanece mesmo que não haja mais atração física. Para Hatfield (1988), esse seria o verdadeiro amor ou amor conjugal. Mas, independentemente das crenças que circulam em torno do amor, para que o amor companheiro se desenvolva seria necessária flexibilidade, permitindo assim a construção da capacidade de entendimento das mutações próprias do humano, sobretudo, sentimentos positivos e negativos. Além do mais, os cônjuges terão de conciliar seus repertórios individuais, incompletudes e padrões familiares que emergem na conjugalidade.

Somado a isso, podemos pensar, também, no entrelaçamento da intimidade com a privacidade, enfatizando o questionamento sobre o “quem sou eu” que cada um faz para si. Levando-se em conta a privacidade, um problemático conflito emerge deste questionamento, pois a resposta envolve a construção da própria imagem junto à preocupação com a construção da imagem para o “consumo público”. Para Bauman (2011), a imagem para “consumo público” omite aspectos da imagem dentro do ambiente privado onde há um pacto de sigilo e segredo entre os membros familiares. Assim, ainda segundo o autor:

“Por definição, uma coisa secreta faz parte do que somos e que nos recusamos a compartilhar com outras pessoas. O sigilo é uma proteção contra a divulgação não autorizada de informações, que estabelece, demarca e fortalece as fronteiras da

privacidade; este é o espaço que quero preservar como domínio meu, o território de minha única e indivisível soberania, dentro do qual detenho o poder absoluto para definir ‘quem e o que sou’, o domínio a partir do qual posso desencadear a meu bel-prazer campanhas para que minhas decisões sejam reconhecidas e respeitadas” (BAUMAN, 2011, p. 40).

Conforme a afirmação do autor, a esfera do privado foi se modificando ao longo das gerações. O segredo é “também uma ferramenta poderosa de *união*, de construir o sentimento de integração, de criar os mais fortes *laços inter-humanos* conhecidos e concebíveis” (Bauman, 2011, p. 42). Desse modo, podemos considerar que é na privacidade do casal, ambiente secreto e sigiloso, que se estabelecem as relações de confiança e intimidade, onde os contratos implícitos se dão e os vínculos se constituem. Ao mesmo tempo, há os segredos e sigilos pertencentes ao espaço de intimidade de cada um, componentes da individualidade com que os membros do casal terão de lidar.

Na atualidade, a persistência na manutenção do segredo e sigilo do âmbito privado pode causar estranhamento. Para Bauman (2011), a exaltação à exposição presente no mundo contemporâneo vai de encontro à defesa da privacidade da qual gozava nossos ancestrais. Ao contrário destes, os contemporâneos talvez estranhem a falta de curiosos pelo que se passa dentro das “muralhas da privacidade”. Há então uma inversão de hábitos atravessando as gerações, os “exércitos da privacidade” invadem a “esfera pública” a todo tempo, inundando-a e até mesmo sobrecarregando-a. Tal fato nos remete à ideia da existência de conflito inconsciente entre manter e modificar a marca da continuidade.

Desse modo, o ambiente conjugal é parte do ambiente facilitador formado pelos parceiros, com trocas inconscientes que servirão de base para a constituição da família, onde ocorrerá o processo de desenvolvimento maturacional da prole, lugar esse que permite a construção de um ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento emocional (PALERMO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO e MACHADO, 2016). Nesse contexto, as constantes intromissões do espaço público e a constante exposição da vida privada se entrelaçam, concomitantemente, o indivíduo se constitui enquanto sujeito, com demandas psíquicas próprias e necessidades individuais, com expectativas sociais internalizadas e integração das vivências e desejos. Além disso, tanto os aspectos positivos, quanto os negativos precisam estar em consonância com as crenças de cada membro do casal.

A partir do século XIX, o amor romântico passa a ser exaltado, sendo fundamental para o enlace matrimonial, diferentemente dos casamentos arranjados, permitindo a conexão entre casamento, sexualidade e amor romântico, o que afeta especialmente as mulheres. Para Giddens (1993),

“O amor romântico desliga o indivíduo de situações sociais mais amplas de uma maneira diferente. Proporciona uma trajetória de vida prolongada orientada para um futuro previsto, mas maleável; e cria uma ‘história compartilhada’ que ajuda a separar o relacionamento conjugal de outros aspectos da organização familiar, conferindo-lhe uma prioridade especial” (p. 56).

Nessa perspectiva, a história compartilhada pelos parceiros traz a história prévia de cada um, com desejos e crenças que terão de se conciliar. A prioridade especial dada ao relacionamento conjugal envolve a intimidade que está imersa na privacidade, onde o segredo e o secreto se entrelaçam e implicitamente se retroalimentam. Essa tendência da modernidade à privatização das relações e idealização do amor pode ser a base para a construção da conjugalidade. Com a interação entre os membros do casal, a identidade de cada um é reformulada e a história de cada um passa a ser escrita a dois, provocando uma resignificação da realidade individual dos membros do casal. Desse modo, na construção da conjugalidade, há o entrelaçamento de dois “eus”, duas subjetividades que se encontram para formar um terceiro “eu”, formando uma identidade compartilhada (DIAS, 2000; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2005, 2007) que articula os ideais familiares, com os conteúdos transmitidos, herdados, bem como, com os modelos identificatórios.

Com o nascimento dos filhos, o casal conjugal também se torna casal parental e terá de conciliar as responsabilidades um com o outro, com o lar e com a prole. Assim emergem novas demandas e desafios, principalmente no que tange à autonomia e maturidade emocional dos cônjuges, tendo importantes repercussões para o processo de subjetivação dos filhos. A demarcação das dimensões da individualidade no âmbito da conjugalidade pode promover a circulação dos afetos entre os membros do casal, favorecendo as trocas intersubjetivas. Nesse sentido, tal demarcação pode refletir e favorecer também a circulação dos afetos no âmbito familiar, propiciada pelo casal conjugal também enquanto pais.

Em resultado de pesquisa realizada com jovens solteiros, Jablonski (2001) menciona a extrema valorização que os jovens dão ao amor e à paixão na cultura contemporânea, sendo parte do ‘pacote cultural’ a visão ‘hollywoodiana’ da

afetividade. O autor enfatiza a dificuldade de se alcançar essa expectativa, pois essa é criada pela sociedade e é difícil de ser realizada. De acordo com ele,

“ao tornar sinônimos amor-paixão e casamento, este ainda é visto pela maioria das pessoas como indissolúvel e monogâmico, a cultura em que vivemos, ela própria, cria uma armadilha para os jovens nubentes, gerando expectativas que não poderão se cumprir, com todas as frustrações que advém de esperanças alimentadas e em seguida suprimidas” (p. 85).

Assim, afirma o autor, torna-se arriscado sedimentar o casamento em um sentimento fundamentalmente efêmero. Porém, essa constatação toma outra conotação quando comparada com a visão de pessoas que já passaram por alguma experiência conjugal, ressaltando a importância da existência de outros ingredientes, como respeito mútuo, companheirismo, confiança e comprometimento, por exemplo, não sendo o amor fonte única e mágica para a duração do casamento. De acordo com Sternberg (1986, 1988), o amor companheiro envolve os componentes intimidade e comprometimento, nesse caso a união entre os membros do casal permanece mesmo que não haja mais atração física. Para Hatfield (1988) no amor companheiro há aproximação, profundo apego, intimidade e compromisso entre os indivíduos, podendo ser chamado também de verdadeiro amor ou amor conjugal, que envolve afeto e ternura, sentido por aqueles com os quais há intensa ligação. Para Fromm (1966), o amor é uma arte a ser aprendida, como qualquer outro tipo de aprendizagem. Nesse sentido, amar e ser amado serão mais bem aprendidos no dia a dia e na convivência com o outro, sendo necessário entrega total por parte dos aprendizes. O vínculo que se formará entre o casal será possível a partir do contato, do cuidado e da capacidade de cada um suportar as divergências e convergências entre as duas alteridades que formarão a conjugalidade. Desse modo, podemos ressaltar, também, importância do ambiente conjugal ser vivido como uma experiência criativa e transicional, um espaço de crescimento e amadurecimento emocional (WINNICOTT, 1956; LEJARRAGA, 2012).

Nesse sentido, podemos pensar que o amor respeitoso, desinteressado e altruísta parece aproximar-se da busca pela felicidade e pelo amor ideal, enaltecidos por Camões. Porém, o amor altruísta pode ser almejado por ambos os cônjuges, revelando-se assim a necessidade de construção entre os membros do par conjugal do que podemos chamar de altruísmo recíproco. Assim, temos o amor, com toda a

complexidade que envolve o amar, podendo o amor ser, ainda, uma das fontes de nutrição para as relações entre os parceiros.

É importante salientar que essas são apenas algumas das formas de se entender o amor e suas intersecções enquanto parte do relacionamento amoroso, mas não são as únicas. Cada casal possui seu modo de construção do vínculo amoroso e nisso está presente a alteridade, sendo necessárias habilidades sociais, conjugais e interpessoais na construção do laço conjugal. As teorias sobre o amor citadas trazem uma ideia da complexidade e das possibilidades de compreensão do sentimento amor e seus ingredientes, com possíveis contornos e outras interferências nas relações amorosas.

Desse modo, o casamento dos pais pode ser ou não concebido como modelo a ser seguido para os filhos. A percepção da ausência de expressão de afeto no casamento dos pais pode levá-los a expressar mais afeto em seu próprio casamento. Do mesmo modo em que a expressão de afeto no casamento dos pais pode levá-los a repetir em seu próprio casamento.

3. Casamento dos pais: possibilidades de transformação

À medida que se desenvolve, o sujeito vai se identificando com os membros da família que o acolhem, com isso vai se apropriando do seu lugar, criando vínculos e estreitando os laços. O vínculo com os demais membros familiares vai se consolidando à medida que os encontros acontecem. Para Puget (2000), o “vínculo é uma construção que se origina como efeito de um trabalho realizado entre dois ou mais sujeitos, como uma produção psíquica resultante da imposição de presenças (alteridade)” (p. 75). Assim, o encontro entre os sujeitos propicia a criação de outra realidade que é construída a cada encontro, impondo a estranheza recíproca de cada um.

Nesse sentido, cada encontro do sujeito com os seus cuidadores impõe uma realidade nova. A relação dos pais com os filhos, desde o princípio, está implícita de mensagens, algumas mais e outras menos compreensíveis, que serão ou não assimiladas ao longo do desenvolvimento do mesmo. Há também a estranheza presente em cada encontro que é da ordem da constituição da subjetividade, “seja familiar ou social a estranheza (*ajenidad*) e a alteridade terão características peculiares e darão origem a conflitos específicos” (PUGET, 2000; p. 74), próprios daquela relação. Do mesmo modo, ocorre com os membros do casal, onde a cada encontro impõe a presença da alteridade e das estranhezas de cada um, sendo o casamento um espaço que possibilita a construção da identidade conjugal.

De acordo com Féres-Carneiro, Magalhães e Ponciano (2007), a identificação com outros significativos, a história de vida e a história familiar possuem influência significativa na constituição da identidade, sendo acompanhada pela marca da continuidade. O processo de individualização é permeado pelo processo de transmissão entre as gerações e a família pode ser entendida como um processo de passagem de uma geração a outra. Uma das características do grupo familiar são os afetos que circulam entre os seus membros, sendo a manutenção da relação entre as gerações o elo que mantém a sobrevivência da ligação entre eles. Nesse sentido, o casal (conjugal e parental) é um importante ponto enquanto elo entre as gerações, funcionando como referência para os filhos dentro da rede social mais ampla.

A história do casal conjugal e parental influencia as escolhas futuras dos filhos, assim como os pais foram influenciados pelas histórias das respectivas

famílias de origem. Deste modo, o vínculo conjugal e parental é permeado pela ruptura e continuidade do que foi transmitido entre as gerações e o casamento é uma das formas de junção de duas linhagens. Nessa perspectiva, o casamento é um momento de transição que envolve o encontro de duas linhagens distintas, sendo um acontecimento que possui conotação particular para cada um. Carter e McGoldrick (1995) discorrem sobre o tradicional padrão de papéis sexuais, e rituais que cercam o casamento. De acordo com as autoras, há diferença nos valores de homens e mulheres em relação aos seus casamentos: as mulheres possuem tendência a considerar essa fase como propícia para se aproximar da família de origem, já os homens tendem a se afastar da deles. Elas tendem a considerar o potencial provedor dos maridos, dão importância para a capacidade de eles se darem bem com amigos e familiares delas, consideram importante a fidelidade deles e são mais positivas em relação à união conjugal. Já os homens são mais ambivalentes em relação ao casamento, valorizam a responsividade sexual e interesses compartilhados. Eles, geralmente, avaliam a comunicação conjugal e o relacionamento sexual como bons, enquanto para as mulheres os mesmos itens são considerados problemáticos. Nessa perspectiva, as autoras discorrem sobre o tradicional padrão dos papéis sexuais presente no casamento e ressaltam a importância dos casais os redefinirem. Os membros do casal devem, então, buscar modificar os rituais tradicionais em relação à sua família ampliada, de modo a simbolizarem o movimento em direção a relacionamentos não sexistas. Para Carter e McGoldrick (1995), “tal ritual lhes oferece a oportunidade de redefinirem os relacionamentos familiares tradicionais, de uma maneira que talvez torne mais equitativa sua futura acomodação conjugal” (p. 41).

Resultados de pesquisa de Jablonski (2007) apontam discrepâncias na percepção de homens e mulheres em relação à divisão de tarefas em casa. Há dissonância entre o discurso dos homens e o comportamento dos mesmos, sendo que na prática eles não contribuem de forma igualitária com os afazeres domésticos. O autor chama atenção para o fato de, após o nascimento do filho, ainda ser mantida a tradicional divisão de papéis entre os membros do casal, causando surpresa o fato da aceitação das mulheres em relação a essas desigualdades. Nesse sentido, ainda permanecem resquícios da maneira tradicional de divisão de papéis de homens e de mulheres, em conformidade com os estereótipos, porém há maior tendência em direção à igualdade de responsabilidades entre os cônjuges, e, segundo o autor,

ainda há um longo caminho a ser percorrido. Porém, embora permaneçam resquícios da família tradicional, em resultados de pesquisa de Cervený (2007), outras características apontam as mudanças ocorridas nas famílias como: a valorização do diálogo, mulheres mais escolarizadas e profissionalizadas, a redução do número de filhos, dentre outros, especialmente entre os casais jovens, que se apresentam mais flexíveis às mudanças.

Embora tenham ocorrido mudanças ao longo do tempo, as ideias sobre casamento formadas no âmbito da família de origem e da sociedade ainda influenciam os contratos e os modelos interativos ao longo do ciclo vital do casal, como a manutenção de algumas crenças e valores. Para Walsh (2002), a família de origem permanece como referência, embora existam novos contratos relacionais e novos modos de se relacionar diferentes dos modelos tradicionais. Desse modo, os pais transmitem aos filhos, de forma consciente e inconsciente, aspectos próprios do funcionamento do casal e daquela família. Segundo Satir (1971), os pais são os arquitetos da família e a relação conjugal influencia a homeostase familiar. Enquanto arquitetos, os membros do casal devem oferecer base para a construção de um ambiente familiar funcional, sabendo que as demais relações se formarão em torno da relação conjugal. Esta pode ser promotora de satisfação para os membros do casal, entretanto, a satisfação conjugal possui caráter subjetivo e pessoal, sendo mais importante encontrar os caminhos que levam à qualidade de vida do casal.

Desse modo, os membros do casal precisam conciliar as individualidades de forma a constituírem objetivos comuns. Cada um é parte integrante da conjugalidade, assim, precisam construir um projeto de vida de casal e uma identidade conjugal (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Dessa forma, embora possa ser prazeroso e gratificante, ser parte integrante de um casal demanda esforços de ambos os membros para a convivência saudável e satisfatória em uma vida a dois. Assim, para que os cônjuges possam conviver em harmonia e desfrutar as virtudes do amar e ser amado, é imprescindível que seus membros se permitam ser livres, se considerem iguais em direitos e responsabilidades e que prezem pelo companheirismo. Mas, às vezes, para sustentar a saúde emocional do casal é preciso que a liberdade e a igualdade sejam bem administradas pelos parceiros, respeitando-se os espaços e os limites de ambas as partes. Nesta perspectiva, Singly (1993) destaca as características individualistas do casal contemporâneo, enfatizando a importância da qualidade das relações amorosas. Para o autor, a relação conjugal se

manterá enquanto for agradável e proveitosa para os cônjuges. Privilegiar os espaços individuais significa, muitas vezes, fragilizar os espaços conjugais, bem como valorizar a conjugalidade requer, quase sempre, ceder diante das individualidades. Assim, os membros do casal precisam ter consonância nas ações, com manutenção de diálogo aberto, normas e regras claras.

Porém, os membros do casal também precisam se ater a outros aspectos fundamentais para o funcionamento satisfatório do casamento. De acordo com Walsh (2002), a igualdade nas relações de poder é fundamental na organização do sistema conjugal, o que caracteriza um casamento funcional e satisfatório. É importante que haja um equilíbrio de poder entre os membros do casal. Manter a complementaridade diante das obrigações, ter sentimento de igualdade e liderança compartilhada caracterizam os casais funcionais e bem sucedidos. Para Féres-Carneiro et al (2007), na contemporaneidade, as relações familiares e conjugais são mais igualitárias, tendendo à horizontalização, sendo necessárias renegociações e conciliação de vontades.

Desse modo, há entre os membros familiares um modo de funcionamento próprio e entre os membros do casal a existência de um contrato tácito no funcionamento do casamento, sendo um contrato metafórico e particular de cada relação conjugal, nomeado por Walsh (2002) de *qui pro quo conjugal*. Este pode ser fundamentado no sistema de crenças do próprio casal, advindo das experiências pessoais de cada um e construído a partir da realidade compartilhada. Para a autora, embora, o casamento dos pais possa ser referência para o casamento dos filhos, há também o vínculo particular entre os membros do casal, com o modo de funcionamento particular dos mesmos. A construção de regras e papéis na relação conjugal é um processo circular, influenciando de forma recíproca os membros do casal, sendo que cada um traz as suas experiências pessoais aprendidas no âmbito familiar e na convivência com outros casais. É importante a flexibilidade para o bom funcionamento do casal, buscando solucionar os problemas com tolerância e respeito às diferenças individuais, com busca por equilíbrio e manutenção do sentimento de confiança. O *quid pro quo conjugal* precisa ser renegociado ao longo do ciclo vital do casal, sendo importante que o contrato tácito estabelecido entre os membros do casal seja flexível, abrindo espaço para a criatividade para enfrentarem as demandas do relacionamento. Além disso, é preciso também adaptabilidade às mudanças ao longo da vida, bem como coesão, regras claras e passíveis de

renegociação.

Assim, o *qui pro quo conjugal* dar-se-á ao longo dos encontros com as estranhezas e alteridades, e permitirá aos parceiros a construção da realidade compartilhada. Walsh (2002) enfatiza, ainda, que:

No *quid pro quo conjugal*, há um compromisso partilhado com a relação e a sua continuidade, e uma expectativa de que cada um seja a coisa mais importante para o outro. É preservada uma fronteira em torno do casal para proteger a integridade e para prevenir a intrusão e a ruptura do vínculo (p. 20).

O *quid pro quo conjugal* é construído no ambiente conjugal e de forma mais ampla, dentro do ambiente familiar, sendo o encontro entre duas pessoas pertencentes a famílias distintas. Cada um recebe a sua genealogia, que mistura tempos e espaços, podendo desencadear repetições, patologias ou elaborações criativas e inovadoras. Para Kaës (1993), a herança recebida dos pais e a forma como cada indivíduo lida com ela ressalta o caráter do sujeito enquanto criador e pensador daquilo que foi transmitido, o que inscreve o seu lugar na genealogia familiar, sendo necessário trabalho psíquico de transformação e elaboração. Então, o sujeito, bem como a família e o casal, possui a tarefa de construção, organização e transformação de sua herança, elaborando-a.

4. Método

O presente trabalho é parte de pesquisa anterior realizada para a validação do *Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais-QCP* (Féres-Carneiro, 2003), que avalia a conjugalidade dos pais tal como percebida pelos filhos, cuja análise da questão discursiva não tinha sido realizada. O material da referida pesquisa era constituído por um questionário e por uma questão discursiva, cuja resposta era opcional.

4.1. Participantes

Dos 212 sujeitos independentes (membros de casamentos distintos) que responderam à questão discursiva do *QCP*, 50 sujeitos (22 homens e 28 mulheres) casados, legalmente ou não, foram selecionados para este estudo. No processo de seleção dos participantes, o critério utilizado foi o fato de os mesmos terem explicitado nas suas respostas discursivas as semelhanças e/ou diferenças entre os seus casamentos e o dos pais. As falas dos sujeitos foram nomeadas com base no gênero, sendo F para os participantes do sexo feminino, numeradas de F1 a F28, e M para os participantes do sexo masculino, numeradas de M1 a M22, seguidas de idade e tempo de casamento. As idades dos participantes variam entre 23 anos e 65 anos e a média geral das idades é de 42 anos (44 anos, para os homens e 41 anos, para as mulheres). O tempo de casamento variou entre 2 meses e 40 anos e 1 mês, e a média geral de tempo de casamento foi de 15 anos e 2 meses (14 anos e 1 mês, para os homens e 15 anos e 1 mês, para as mulheres).

Em relação à classe social, dos 50 participantes, 27 (15 mulheres e 12 homens) se declararam pertencentes à classe média, 13 (seis homens e sete mulheres), à classe média alta, cinco (três homens e duas mulheres) à classe média baixa e outros dois (um homem e uma mulher), à classe alta. Três sujeitos não informaram a classe social.

4.2 - Instrumentos e procedimentos

Como instrumento de pesquisa, utilizamos as respostas discursivas coletadas em pesquisa anterior sobre a validação do *Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais (QCP)*, instrumento que avalia a conjugalidade dos pais tal como percebida pelos filhos. A questão que deu origem ao material utilizado no

estudo que ora apresentamos é a seguinte: *Escreva livremente sobre a relação que você faz entre o seu casamento e o casamento dos seus pais. Fique à vontade para escrever o que quiser.*

4.3 - Cuidados Éticos

O projeto de pesquisa que deu origem aos dados que foram utilizados neste estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde foi desenvolvido. Os participantes assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, expressando concordância em participar da pesquisa e autorizando o uso dos dados obtidos em ensino, pesquisa e publicação, estando cientes do compromisso dos pesquisadores em preservar suas identidades.

4.4 - Análise e discussão dos resultados

Os textos discursivos dos participantes foram submetidos ao método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2011) e deles emergiram quatro categorias de análise: *casamento no modelo tradicional e no modelo contemporâneo; diálogos e conflitos; amor, companheirismo e manifestação de afeto; casamento dos pais como modelo.*

Casamento no modelo tradicional e no modelo contemporâneo

Alguns participantes referem o casamento dos pais como tradicional, com pai provedor e mãe do lar e submissa ao pai, ressaltando diferenças em relação ao próprio casamento. Segundo eles, em seu casamento há compartilhamento de obrigações e responsabilidades no âmbito familiar.

“Classifico o casamento dos meus pais como convencional da época, onde as obrigações do casal eram bem definidas. Meu pai tinha responsabilidade de trabalhar para o sustento da casa e da família, e minha mãe, a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos. O relacionamento do casal, apesar de muita falta de entendimento, era de total submissão por parte da minha mãe. Meu casamento, desde o início, foi muito diferente do casamento dos meus pais. Eu e minha esposa sempre compartilhamos as obrigações e responsabilidades do casal, assim como as realizações pessoais e o planejamento familiar. As discussões existem, mas sempre prevalecendo o bom senso e o respeito” (M4, 59 anos, 30 anos e 7 meses de casamento).

“A única diferença entre o meu casamento para o dos meus pais se dá no papel exercido por minha mãe, pois ela não trabalhava fora e ficava só cuidando da casa e dos filhos” (M10, 39 anos, 10 anos e 3 meses de casamento).

“Relação de total antagonismo. Onde havia o sistema patriarcal com enorme demonstração de marido machista e esposa submissa” (M19, 53 anos, 25 anos e 3 meses de casamento).

Chamou atenção o relato dos homens acima sobre os lugares ocupados pelo pai e pela mãe, em que parecia haver assimetria de poder, sendo a mulher submissa ao homem. Tal fato nos remete aos lugares do feminino e do masculino no modelo de família patriarcal em que as relações familiares eram estabelecidas pelo poder e autoridade do homem sobre a mulher e os filhos. Assim, não havia convergência de vontades, sugerindo haver contrato tácito entre o homem e a mulher sobre esse modo de funcionamento conjugal e familiar. M4 ressalta ser diferente em seu próprio casamento, sugerindo ter maior equilíbrio de poder e tendência a se relacionar de forma mais igualitária, com funções mais bem distribuídas entre os cônjuges. Podemos relacionar a fala de M4 às mudanças sociais e familiares ocorridas ao longo do tempo, conforme ressaltado por Staudt e Wagner (2008), sendo necessário também aos homens se adaptarem às mesmas. O compartilhamento de obrigações e responsabilidades entre os membros do casal, relatado por M4, corrobora resultados de pesquisa de Rocha-Coutinho (2015) sobre as transformações ocorridas nos modos de funcionamento conjugal e familiar, em que há maior tentativa por compartilhamento de tarefas entre homem e mulher.

Diferenças na experiência de vida e nível de escolaridade entre os pais são mencionados por F5 como causadores de divergências entre os membros do casal.

Somente meu pai trabalhava. Minha mãe era dona de casa (cinco filhos). Como ela não possuía renda, o salário de meu pai se tornava pouco para o sustento de sete pessoas. Esse era um dos motivos do desentendimento do casal. Quanto ao meu casamento, o salário de ambos contribui para o orçamento doméstico (...) Logo que casada, minha mãe quis aperfeiçoar a costura e fazer um curso. Meu pai não deixou (...) No meu relacionamento conjugal, todos os assuntos são tratados e nos respeitamos mutuamente. Estar junto pelo prazer, necessidade da companhia do outro. (F5, 62 anos, 27 anos e 9 meses de casamento).

O relato das diferenças ressaltadas pelos sujeitos remete às diferenças geracionais, sugerindo que, na época do casamento dos pais, os modos de se relacionar eram outros, com delimitação dos lugares sociais do homem e da mulher. Estes tinham lugares mais fixos do que na atualidade e limites bem definidos entre os sexos. Ao homem cabia o provimento financeiro da família e a função da mulher

se restringia aos cuidados com o lar e com a prole, conforme ressaltado por Ariès (1981) e Passos (2015). No relato de F5 pode-se perceber a assimetria de poder entre os pais, com o pai detentor do poder em relação às expectativas da mãe quanto à profissionalização. Além disso, as experiências pessoais de vida de cada um (pai e mãe) parecem ter influenciado negativamente a convivência entre eles. Estes dados corroboram os estudos de Giddens (1993) sobre sexualidade e as diversas representações da feminilidade ao longo do tempo. Atualmente, os papéis estão mais flexíveis e as responsabilidades precisam ser compartilhadas, embora o ideal de igualdade ainda seja almejado, especialmente pelas mulheres. Tanto no relato de M4 quanto no de F5 é possível perceber tais mudanças em relação às diferenças no que tange ao compartilhamento de obrigações entre os membros do casal e à participação no orçamento doméstico, o que no relacionamento dos pais não ocorria. Esses dados corroboram os resultados de pesquisa de Rocha-Coutinho (2015) sobre as mudanças ocorridas na família com a entrada da mulher no mercado de trabalho.

F4 diz que busca evitar algumas situações que ocorreram no casamento dos pais, que considera serem negativas, como a submissão da mãe. Porém, em algumas situações, se vê repetindo determinadas atitudes similares às da mãe.

“Procuró na relação com meu cônjuge evitar algumas situações que acredito serem negativas, a partir do referencial do casamento dos meus pais, sobretudo no que se refere à submissão da mulher. Em meu casamento (...), procuro me posicionar sobre meus ideais profissionais, perspectiva de futuro, desejos sexuais. No entanto, apesar de ter esse cuidado, em muitos casos, me vejo assumindo esta postura de mulher dependente. Tento equilibrar essa quase “militância feminista” em fazer diferente da minha mãe, com o bom senso para não transformar minha relação em campo de batalha (...) Percebo poucos pontos positivos no casamento dos meus pais, embora tenha consciência de que o modo como eles estabeleceram a relação me influenciou significativamente” (F4, 33 anos, 7 anos e 11 meses de casamento).

Pelo relato de F4 podemos perceber que há tentativas de fazer diferente do modelo aprendido, com maior capacidade de flexibilização dos papéis e de adequação às mudanças. Tanto nos relatos dos homens quanto nos das mulheres há esforço para adequarem ao ideal de igualdade entre os cônjuges, diferentemente da época do casamento dos pais. A submissão da mãe no relacionamento conjugal, citada pelos sujeitos, remete ao modelo de família tradicional de outrora. Porém, embora os modos de se relacionar da família e do casal tenham sofrido transformações ao longo do tempo, resquícios dos modos tradicionais da família de origem parecem permanecer, ainda que de forma inconsciente, como ressaltado por

F4. Tal fato nos remete ao caráter inconsciente da transmissão, deixando a marca da continuidade, do herdado e do aprendido no ambiente familiar (GRANJON, 2000), sendo os pais o modelo de referência. Tanto a manutenção de aspectos similares aos do casamento dos pais, quanto a busca por fazer diferente trazem a marca da transmissão psíquica geracional.

Diálogos e conflitos

Alguns participantes ressaltam diferenças em relação ao casamento dos pais, dizendo buscar fazer o oposto do que perceberam, tentando de algum modo não repetir o que consideram negativo, o que, também, pode ser a busca por se diferenciar. A maioria das mulheres faz uma avaliação negativa do casamento dos pais e positiva do próprio casamento, buscam fazer diferente do modelo de referência, considerado negativo. Tanto os homens quanto as mulheres enfatizam as diferenças de gerações, considerando as épocas do seu casamento e o dos pais.

Algumas mulheres ressaltam diferenças ao compararem seus casamentos com os de seus pais.

“O diálogo nunca esteve presente no dia a dia dos meus pais e os problemas simplesmente não eram resolvidos. Presenciei algumas discussões e brigas que nunca terminavam em acordos. (...) Meu pai era uma pessoa muito difícil, cabeça dura e para piorar gostava de beber. Minha mãe levava a vida "aos trancos e barrancos" mantendo o casamento a qualquer custo. O meu casamento aconteceu em circunstâncias bem diferentes. Temos muitas características em comum e buscamos objetivos parecidos (...)” (F24, 31 anos, 2 meses de casamento).

“Meu casamento é tranquilo, pois todos respeitamos os outros componentes desta relação, desta forma minimizamos em muito os conflitos. Já o casamento dos meus pais foi muito conflituoso (...). Como existia muita agressão tanto física, como verbal nestas relações tentei fazer com que na “minha família” isso fosse totalmente diferente. E aprendi que o diálogo e o amor são os melhores educadores que temos” (F27, 57 anos, 31 anos e 4 meses de casamento).

F28 relata também sobre o comportamento adúltero do pai, e conta que, depois da separação dos pais, perdeu o contato com ele.

“A relação que vejo entre o meu casamento e o dos meus pais é que não há nenhuma semelhança. Eu vivo em perfeita harmonia com o meu marido, ele sempre me compreende e o pouco que convivi com meus pais, quando eram casados, só via brigas (agressões físicas e verbais), e o comportamento adúltero do meu pai. Meus pais se separaram, eu ainda era criança e desde então nunca mais tive contato com meu pai. Antes de casar, sempre tive em minha cabeça que nenhum homem me trataria da maneira que meu pai agia com minha mãe” (F28, 47 anos, 25 anos e 10 meses de casamento).

Do ambiente conjugal dos pais de F28, com constantes conflitos que pareciam ser resolvidos de forma destrutiva, ficaram resquícios do caráter traumático do relacionamento entre os pais, até mesmo das traições do pai. Para Correa (2000), as diversas formas de violência intrafamiliar e mesmo o cenário político-social comprometem a função de contenção e da elaboração no grupo familiar, podendo o material psíquico inconsciente apresentar lacunas e vazios na transmissão. Talvez, a busca de F28 por propiciar ambiente de harmonia em seu casamento possa ser um modo, inconsciente, de ressignificação e superação do “trauma da traição” vivenciado pela mãe. Outro fator seria a separação dos pais, podendo ser reflexo das mudanças sociais da época, com a mulher almejando outros espaços e reivindicando mais autonomia, conforme resultados de estudos de Diniz e Coelho (2005) e Lazartigues (2007).

F24, F27 e F28 enfatizam a relação conflituosa dos pais, sugerindo presença de violência conjugal. Esse modo de funcionamento do casamento dos pais parece ter sido negativo para elas, fazendo com que busquem fazer diferente. O relato dessas mulheres remete aos estudos de Verardo (1990) e Machado e Magalhães (1999) sobre o impacto psicológico e social da violência no ambiente conjugal.

Quanto ao relato da busca da mãe de F24 pela manutenção do casamento “a qualquer custo” são observados elementos de dominação e exploração das mulheres pelos homens. Talvez esse fato tenha reflexos no casamento de F24 que, também deseja manter o seu próprio casamento, conciliando as diferenças devido à “vontade de fazer dar certo”. Para Saffioti (2015), do papel de provedor emerge o maior peso sobre a definição de virilidade, sendo associada ao sentimento de impotência quando não se consegue cumprir o papel socialmente destinado ao homem. Então, a livre experimentação da vida sexual pode estar ligada ao lugar social de poder que o homem ocupava, repercutindo na vida familiar. Os relatos dos participantes corroboram resultados de estudos de Passos (2015) sobre a formação dos laços familiares ao longo da história, sendo facultada ao homem a busca do prazer fora do lar. Porém, o fardo carregado pelo homem, com responsabilidade exclusiva pelo provimento material da família poderia também levá-lo ao desgaste físico e emocional. Os relacionamentos extraconjugais possuíam, também, o caráter de esvaziamento da tensão advinda do lugar de “homem da casa”, sendo esta a

forma encontrada para ‘denunciar’ algum tipo de problema mais profundo no casamento, como enfatizado por Scheinkman (2005).

F26 e M22 ressaltam os aspectos positivos presentes no casamento dos pais, mencionando não tê-los em seu casamento.

“Minha relação não chega aos pés da relação do meu padrasto e minha mãe. Eles se respeitavam, eram discretos, nunca brigavam na minha frente. Eram parceiros, amigos e viviam num ambiente sadio. Nada disso acontece no meu relacionamento” (F26, 36 anos, 5 anos de casamento).

“Casamento dos meus pais: sempre preocupados com o bem-estar e profissão dos 9 filhos. Meu casamento: muitas discussões, falta compreensão de ambas as partes. O dos meus pais não tinha isto” (M22, 44 anos, 19 anos e 10 meses de casamento).

Estes relatos remetem às dificuldades de conciliação das individualidades com a conjugalidade. Um dos desafios é compreender como se constituem e se movem subjetividades no interior das relações amorosas. Nesse sentido, o casamento dos pais pode ser exemplo e modelo a ser seguido, mas também pode ser fonte de idealização e romantismo, talvez inalcançável, podendo gerar frustração nos filhos que não conseguem atingir o ideal de amor conforme estabelecido no casamento dos pais.

M1 resalta os pontos coincidentes e divergentes entre o seu casamento e o dos pais.

“(...) meu pai tinha a certeza que jamais deveria separar-se da minha mãe. Essa certeza eu adquiri quando encontrei a minha atual esposa. Também a unidade familiar que era tão importante e passada para todos os filhos, trago comigo e minha esposa, que tem valores bem parecidos com os meus. Para os pontos divergentes, cito o respeito social, não aceito agressões verbais ou humilhações, caso que ocorria muito entre os meus pais. Demonstrações de carinho e amor são comuns em meu casamento, no de meus pais era raro; de forma geral o respeito à opinião do outro (...) no casamento de meus pais vigorava bem mais a vontade de meu pai. Fui criado num lar de muito amor e muitas brigas, por isso tento fazer diferente” (M1, 51 anos, 6 anos e 6 meses de casamento).

No relato de M1 emergem contradições e ambivalências advindas da família de origem. Havia a busca pela unidade familiar, com exaltação do amor, porém havia também muitas brigas, agressões verbais e humilhações do pai em relação à mãe. Esta narrativa nos remete aos estudos de Machado e Magalhães (1999) sobre os paradoxos do afeto, amor e raiva pela mesma pessoa, que se encontram no relacionamento conjugal. Os membros do casal precisam buscar equilíbrio entre os afetos para não pender para a violência. Outro fator que chama atenção é o pai fazer vigorar a sua vontade em detrimento da vontade da mãe, sendo

que ela tinha que brigar para conseguir o que queria. Ainda assim, o pai tinha certeza de que jamais deveria se separar da mãe. Essas situações remetem ao lugar do homem na família tradicional, o que reforça o jogo de forças com assimetria de poder entre homem e mulher. Assim, os aspectos que considera negativos no casamento dos pais levaram M1 a buscar fazer diferente em seu casamento. Ele busca o diálogo, no intuito de encontrar um ponto comum, e respeito à opinião da esposa.

Amor, companheirismo e expressão de afeto

Essa categoria emerge das narrativas de homens e mulheres que discorreram sobre semelhanças e diferenças entre o seu casamento e o dos pais. No que tange às semelhanças, sentimentos como amor, companheirismo, união e respeito são temas comuns percebidos no casamento dos pais e que se repetem no próprio casamento, emergindo nos relatos tanto de homens quanto por mulheres. No que tange às diferenças, alguns sujeitos relatam fazer diferentemente e ressaltam a presença de sentimentos de amor, companheirismo, respeito, união e manifestação de afeto, no próprio casamento, enfatizando não tê-los percebido no casamento dos pais.

Alguns sujeitos pontuam as características positivas percebidas no casamento dos pais e que se repetem em seu próprio casamento, ressaltando-as e até mesmo reproduzindo-as como: demonstração de carinho, realização de atividades juntos e amizade.

“Vejo como uma referência de como viver um casamento com muito amor, respeito e humildade para aproximarmos ao máximo da felicidade” (M13, 45 anos, 22 anos e 7 meses de casamento).

“O meu casamento e o casamento dos pais é feito de muito amor e uma relação sólida. A principal relação está no companheirismo, na vontade de fazer as atividades cotidianas juntos e no constante interesse de realizar as atividades juntos” (F22, 34 anos, 5 anos e 7 meses de casamento).

“Temos uma relação muito parecida. Muito respeito, compreensão, fidelidade e amor. Cresci, vendo essa relação e troca de sentimentos, respeito, entre eles (pais). E isto levei também para meu casamento. Até mesmo no jeito de como chamo meu marido carinhosamente, o mesmo nome carinhoso que minha mãe sempre chamou e ainda chama a meu pai. E espero, quero e desejo, que eu e meu marido, alcancemos os 30 anos de casados de meus pais. Com o mesmo respeito, carinho e amor de ambos” (F12, 27 anos, 4 anos e 1 mês).

Essas enunciações remetem aos estudos de Lejarraga (2012) sobre a experiência criativa e transicional em que o par amoroso está imerso. Cada parceiro cria o outro de forma ilusória, possibilitando compartilhar experiências “brincando” um com o outro. No caso das falas dos sujeitos acima, os pais parecem ter propiciado espaço criativo, para a constituição no psiquismo dos filhos, de aspectos mais positivos advindos da atmosfera conjugal, que se repetem no próprio casamento. Porém, embora exista companheirismo e amizade há também receios em relação à possibilidade de repetição do relacionamento dos pais, como relatado por F19.

“Percebo relação entre o meu casamento e o casamento dos meus pais no tocante ao sentimento, pois sempre achei que meu pai gostava mais da minha mãe do que ela gostava dele (no caso, acho que eu gosto mais do meu marido do que ele de mim); Também percebo que meus pais são extremamente companheiros, são melhores amigos, o que também acontece no meu casamento. Tenho receio das semelhanças, pois há muitos anos acho que eles deviam ter se separado, não acho que tenham um casamento feliz. Juntos há 40 anos, tendo a achar que eles nem sabem como é possível ser feliz numa relação, mas me parece que nem eles sabem que não são felizes... Tenho medo de reproduzir um casamento por puro hábito, em que a vida de casal é substituída por vivência de amigos” (F19, 30 anos, 7 anos e 11 meses de casamento).

No relacionamento conjugal está presente a idealização do parceiro e no encontro com a realidade está imersa a alteridade, podendo emergir sentimentos paradoxais em relação ao cônjuge. No caso da fala de F19, ao mesmo tempo em que ela percebe a existência de companheirismo entre os pais, há também a dificuldade de compreender o casamento dos pais quando menciona a ausência de felicidade e o receio de que se repita em seu próprio casamento. Os sentimentos ambivalentes podem estar ligados ao contato com a realidade propiciado pelo convívio com o outro, agregados à estranheza e à alteridade, que somados à percepção do relacionamento conjugal dos pais fizeram emergir os receios de repetição na fala de F19. Desse modo, podemos pensar numa perspectiva winnicottiana, sobre o desenvolvimento maturacional que ocorre ao longo da vida, enfatizando o desenvolvimento das capacidades, de estar só, de concernimento, de brincar, sexual etc - que juntas dão ao indivíduo a possibilidade de suportar a sensação de precariedade presente nas relações humanas (WINNICOTT, 1956). Se alcançar e se perder faz parte das relações e, nesse movimento, emerge a fragilidade própria do humano que, em certas condições, torna-se mais estável.

Experiências e aprendizados com o casamento também são relatados, como no relato de F21.

“Ao longo desses 19 anos venho obtendo um casamento repleto de experiências e aprendizado. Nesse tempo, muitas mudanças e desafios surgiram. O companheirismo e união presente em meu casamento me ajudou muito a enfrentar os desafios que surgiram e a lidar com as diferenças do outro. Esse respeito que eu detenho acredito que provém da relação dos meus pais. Os dois sempre tiveram uma união de respeito e responsabilidade mútua. Assim como na minha relação, ambos eram muito diferentes e aprenderam com tempo a lidar com as diferenças. Espero que consiga manter um casamento tão satisfatório a longa data como a deles se manteve” (F21, 40 anos, 19 anos e 11 meses de casamento).

Com base nesta fala, podemos pensar que lidar com a alteridade traz a necessidade de flexibilidade de normas e regras, evitando assim que o ambiente conjugal torne-se um campo de batalha, possibilitando emergir sentimentos mais positivos, promovendo assim satisfação conjugal. Além disso, seu relato remete aos resultados de estudos de Fromm (1966) sobre o amor maduro. Segundo o autor, esse tipo de amor é marcado pela compreensão e aceitação do outro como ele realmente é. O cuidado, a responsabilidade, o respeito e o conhecimento são algumas características desse tipo de amor. Além do mais, a capacidade de diluir as diferenças, aceitando-as e reconhecendo-as, faz parte da maturidade adquirida ao longo do desenvolvimento emocional. O relato de F21 sobre aprender a lidar com as diferenças corrobora também os resultados de pesquisa de Dias (2000), em que “compatibilizar” as diferenças é um dos pressupostos básicos para a relação conjugal. Já o desejo de longevidade e duração do casamento, mencionado por F21 e também por F12 remete ao ideal de amor romântico presente no séc. XIX (GIDDENS, 1993), em que o casamento, que tem como base o amor, possui o caráter de infinitude do casal e de indissolubilidade do casamento.

A percepção de harmonia, cumplicidade, amor e união entre os pais também são ressaltadas.

“O casamento dos meus pais, apesar de acontecer em um período em que pouco se falava em separações, em nenhum momento deixava de transmitir uma harmonia e uma cumplicidade entre o casal. O sinal de respeito entre eles era muito claro. E, mesmo após 50 anos de casados, era comum os beijos e abraços, bem como pequenas carícias entre os dois em momentos do dia a dia. Em meu casamento, percebo que as atitudes de meus pais se repetem, entre eu e a minha esposa, mesmo que não haja a intenção. Sinto que algumas “boas práticas” de meu casamento são cópias de momentos que presenciei durante minha infância/juventude em casa”. (M14, 54 anos, 29 anos e 8 meses de casamento).

“Meus pais eram um casal muito unido e que se amavam muito. Tinham uma relação de amor com os filhos, mas o amor entre eles vinha em primeiro lugar. Um não vivia sem o outro e eram companheiros em tudo. Criaram os filhos com apoio e carinho. Meu pai era a pessoa forte da relação. Porém, era minha mãe que mantinha o equilíbrio e a harmonia da relação e na família. Ambos viviam para a família. Eu e minha mulher somos um casal unido e que se ama. O respeito pelo outro e companheirismo é um sentimento forte na nossa relação. Fazemos quase tudo juntos. Minha mulher tem uma personalidade forte e tenta dominar o relacionamento. Porém, no nosso relacionamento e na família eu sou o contraponto e o equilíbrio. Vivemos para nossa família, eu, ela e nossas filhas, dando-lhes carinho e apoio (...)”. (M18, 54 anos, 21 anos e 10 meses de casamento).

“Como semelhança entre os casamentos, identifico o companheirismo, a fidelidade, a responsabilidade, os valores de comprometimento e respeito. Identifico também, em ambos, o amor como base na sua manutenção, tanto nos bons como nos maus momentos. Como diferenças, vejo em meu casamento uma relação com maior liberdade de expressão e ação, como, por exemplo, na demonstração de afeto e carinho. Assim como no esforço em compreender o outro (...) em meu casamento, ambos dividimos a responsabilidade das decisões, uma vez que elas são discutidas e resolvidas em conjunto” (F23; 53 anos; 29 anos e 5 meses de casamento).

O relato de M14, sobre as “boas práticas” aprendidas e de M18 e F23 sobre as semelhanças, como presença de companheirismo, respeito e a experiência de viver para a família no casamento dos pais e que se repetem em seu casamento remetem à questão da herança presente na transmissão, sendo essa parte do elo na cadeia geracional, como assinalado por Féres-Carneiro e Magalhães (2005, 2007). Os filhos parecem ainda ter sentido as transformações ocorridas nos modos como se estabelecem as relações conjugais, sugerindo adequação do “eu individual” com o “eu conjugal”. A identificação com as figuras parentais pode ser parte do pacto de aliança que assegura a continuidade da família, sendo a repetição do modo de se relacionar dos pais, uma das formas inconsciente de prolongamento e conservação do grupo familiar. Nos relatos dos sujeitos estão implícitos os atravessamentos do ambiente conjugal no ambiente familiar e de como as marcas deixadas pelos pais influenciaram na conjugalidade dos filhos.

A diferença do contexto de época também foi ressaltada por M11.

“Meus pais eram pessoas conservadoras e doutrinadas à subsistência da família e criação dos filhos, prontos para o mundo, ou seja, raras eram as demonstrações de carinho. O relacionamento familiar era baseado no “respeito” aos mais velhos. Minha mãe era uma pessoa calada, às vezes de expressão vazia em relação aos sentimentos familiares. Meu pai, o senhor do lar, também com expressão de ausência total de sentimentos. O ponto forte era o companheirismo, a amizade e o respeito entre o casal, o que hoje creio que seja a única semelhança entre o meu casamento e o casamento dos meus pais” (M11, 38 anos, 15 anos e 6 meses de casamento).

A fala de M11 remete às diferenças de gerações, sugerindo os moldes de se relacionar dos pais similares ao da família tradicional, com o poder familiar delegado à figura masculina. Nesse caso, junto à passagem de geração houve também a transformação da intimidade, abrindo espaço para a manifestação de afeto e expressão de sentimentos entre os membros do casal, propiciando assim promoção de saúde emocional no ambiente conjugal e familiar.

Os discursos de M11, M14 e M18 ilustram a importância do ambiente e sua capacidade de imprimir marcas psíquicas positivas e negativas nos sujeitos. Essas falas nos remetem aos estudos de Palermo et al (2016) sobre ambiente conjugal como ambiente facilitador e de Winnicott (1956) sobre a importância do ambiente facilitador como promotor de saúde emocional e ao conceito deste autor de mãe suficientemente boa, fazendo a referência à mãe que cuida, mas que também falha. Porém, nos momentos primordiais ela acolhe seu bebê, sanando as suas necessidades. Podemos pensar ainda no *holding* propiciado pelos pais, estendendo-se para o ambiente como facilitador e promotor de saúde emocional. Neste sentido, podemos ampliar o conceito do autor para o ambiente suficientemente bom, propiciado pelo casal conjugal no ambiente familiar, podendo deixar na memória dos filhos lembranças mais positivas que tendem a se repetir no casamento dos mesmos.

F3 discorre sobre as diferenças entre o próprio casamento e o dos pais, fazendo uma avaliação negativa do casamento dos pais, dando destaque para a presença de individualismo.

“Eu não vivi uma experiência positiva com o casamento dos meus pais porque eu não via ali um companheirismo, uma amizade e muito menos uma aliança. Parecia que cada um deles vivia no seu próprio mundo, com interesses individuais e não com interesses em comum e muito menos visando o bem da família como um todo. Sendo assim, o meu maior desejo sempre foi casar e ter a minha própria família. Eu procuro fazer tudo absolutamente diferente daquilo que eu recebi porque não gostei nada da maneira como eu fui criada e também eu não vi um resultado positivo nem para mim e tão pouco para meu irmão. Ter a minha família é para mim a maior realização da minha vida e me traz uma felicidade constante, permanente e diária. Nada disso existia com os meus pais. A sensação que eu tinha era de que eles viviam sem estímulo, sem incentivo, e pior, sem AMOR” (F3, 43 anos, 11 anos de casamento).

O relato de F3 remete às possíveis dificuldades dos pais em conciliar as demandas individuais com as conjugais, sugerindo pouca maturidade emocional e individualismo, o que para a sua memória afetiva não foi positivo. Nesse sentido,

podemos refletir sobre a capacidade de estabelecimento de uma discriminação suficientemente boa entre as dimensões da individualidade e da conjugalidade, propiciadora da constituição da identidade compartilhada (FÉRES-CARNEIRO e MAGALHÃES, 2005, 2007) e promotora de saúde emocional no âmbito conjugal e familiar, podendo ser um aspecto propiciador de satisfação conjugal. No relato de F3, o “eu conjugal” construído em seu casamento parece sobressair em relação ao “eu”, sugerindo ter o amor na gênese das coisas, conforme defendido por Bauman (2004).

Alguns sujeitos relatam que são relações diferentes, F7 ressalta aparente conveniência no casamento dos pais, mencionando as diferenças de época e maior troca de carinho no próprio casamento.

“(...) interessante é perceber o quanto nossas relações são diferentes. (...) Não sei se consigo ver alguma relação entre nossos casamentos. Vejo minha união como uma união de amor entre os cônjuges, acredito que se algum dia acabar entre nós o respeito, a gentileza, a admiração, a amizade, o casamento também acabará. A relação entre meus pais aparenta ser sustentada pela conveniência e não pelo amor, respeito e confiança entre os dois de qualquer forma, continuamos todos casados cada qual com seus motivos e aparentemente satisfeitos” (F7, 31 anos, 4 anos e 5 meses de casamento).

“Não vejo nenhuma relação entre meu casamento e o casamento dos meus pais. Meu casamento foi e é feito de amor e companheirismo enquanto que o dos meus pais foi por conveniência e acomodação” (F18, 28 anos, 1 ano e 10 meses de casamento).

Os relatos de F7 e F18 remetem ao modo como se davam os casamentos nas famílias tradicionais (GIDDENS, 1993), em que havia também a presença de conveniência entre as famílias envolvidas, sendo que o casamento dos pais parece ter feito parte desse modelo. Os demais ingredientes do amor parecem estar presentes no casamento de F7, corroborando os resultados de pesquisas sobre o amor realizadas por Fromm (1966); Hatfield (1988); Sternberg (1986, 1988) e Jablonsky (2001).

Outras características também são mencionadas por alguns sujeitos, como companheirismo, troca de carinho, diálogo e atenção.

“Acredito que tenho um casamento mais aberto que o dos meus pais. Somos mais companheiros e amigos, eu e minha esposa. O casamento daquela época era um pouco mais fechado” (M3, 65 anos, 14 anos e 11 meses de casamento).

“Algo que diferencia no meu casamento em relação ao casamento dos meus pais é que eu e meu marido passeamos com maior frequência e trocamos carinho em público” (F10, 26 anos, 2 anos e 3 meses de casamento).

“O meu casamento está estruturado em bases totalmente diversas ao casamento dos meus pais. A base estabelecida entre eu e a minha cônjuge é a verdade, amor, franqueza e companheirismo. Temos no amor a linha mestra de respeito e liberdade de pensamentos. No dialogo alicer amos todas as nossas decisões e nossa cumplicidade” (M17, 53 anos, 28 anos e 6 meses de casamento).

“Percebo que a relação que estabeleço com minha parceira é o resultado da observação do casamento de meus pais. Consigo perceber as diferenças de forma bem clara, pautando a relação pelo carinho e atenção, algo que sempre faltou na relação de meus pais(...)” (M12, 25 anos, 0 anos e 4 meses de casamento).

Ao ressaltar as características presentes no próprio casamento, os relatos desses sujeitos sugerem a existência do amor companheiro enfatizado por Jablonski (2001), em que o amor torna-se a base para a união entre os cônjuges, sendo respeito, amizade e gentileza os demais ingredientes que compõem o casamento. Tais relatos corroboram também estudos de Levy e Gomes (2011), em que no cônjuge são projetadas as fantasias inconscientes presentes no amor, em que há a ilusão de ter realizado com o objeto do desejo o encontro mítico com o objeto primordial, sendo este encarnado na pessoa do outro.

Respeito, compartilhamento de poder, vida afetiva e sexual satisfatória e demonstração de afeto também foram mencionados por alguns sujeitos.

“Itens em comum: Companheirismo, diversão em conjunto, dedicação um para com o outro, abertura para falar sobre problemas, somos satisfeitos com o casamento, não demonstramos afetividade em público. Mal estar com críticas. Itens não compartilhados/diferentes Respeito com/nas discussões, pois conversamos sobre as dificuldades cuidando do tom de voz e palavras. Temos amigos pessoais além de amigos de casais em comum. A questão do poder é compartilhada. Resolvemos problemas ao invés de arrastá-los. Confiança e fidelidade. Vida "afetiva" e "sexual" mais satisfatória (eu acho). Projeto conjugal e melhor administração de recursos, finanças e intelectuais” (F6; 57 anos; 30 anos e 2 meses de casamento).

“Eu acho que minha relação com minha esposa tem similaridades e diferenças com o casamento dos meus pais. A similaridade é que eu e minha esposa temos uma comunicação muito aberta e uma convivência muito tranquila, assim como meus pais. Por outro lado, eu e minha esposa somos mais carinhosos um com o outro; meu pai e minha mãe pareciam um pouco distantes fisicamente, sem muito toque nem carinhos físicos, embora fosse perceptível que os dois se gostavam bastante” (M9; 37 anos; 24 anos e 2 meses de casamento).

“Percebo que meus pais não trocavam carinhos em momento algum, apesar de não brigarem. Quando iniciei meu casamento, tive bastante dificuldade de lidar com as investidas carinhosas por parte de meu marido. Mas na medida em que fui me dando conta dessa semelhança, passei a procurar modificar esse comportamento” (F11; 26 anos; 8 anos de casamento).

“Acho bem diferente o meu casamento e o dos meus pais. Os casais do tempo deles era muito reservado, os pais da minha mãe eram rígidos e ela tinha dificuldade em demonstrar seus afetos e desejos sexuais. Acho que herdei um pouco disso, apesar

de ter um relacionamento transparente” (F13; 62 anos; 37 anos e 10 meses de casamento).

O estranhamento dos sujeitos em relação à aparente ausência de afetividade dos pais pode estar ligado à mudança social dos modos como se constroem e se construíam as relações íntimas, como ressaltado por Bauman (2011). Talvez, na época do casamento dos pais, a privacidade tivesse valor diferente e a manifestação do afeto ocorresse em segredo, como um pacto de sigilo implicitamente firmado. Talvez, a manifestação de afeto e carinho acontecesse no espaço privado do casal, sendo esse um dos segredos entre os parceiros, como um acordo tácito de manutenção do laço, da intimidade e da privacidade. Em contrapartida, o estranhamento dos filhos refletem as transformações da intimidade ocorridas ao longo do tempo e a capacidade dos sujeitos de ressignificação e modificação do legado recebido. Assim, os membros do casal podem ter construído espaço simbólico propiciador da vivência dos paradoxos e das ambivalências da intimidade, conforme ressaltado por Passos (2013), possibilitando com isso, que o encontro amoroso continue a produzir novidade e surpresas.

Casamento dos pais como modelo

Os sujeitos que apontaram somente as semelhanças entre o próprio casamento e o dos pais disseram ter o casamento dos pais como modelo a ser seguido e veem em seu próprio casamento muitos aspectos parecidos com o casamento dos pais. Em alguns casos buscam repetir o modo de se relacionar presente na conjugalidade dos pais. F1 e F25 dizem ter o casamento dos pais como modelo, apontando algumas semelhanças entre o próprio casamento e o dos pais.

“Eu percebo que existe uma relação entre o meu casamento e o dos meus pais. Sempre os tive como modelo, e como a relação deles sempre foi pautada pelo companheirismo e pela conversa, é assim que procuro resolver os problemas na minha relação com meu esposo. Claro que diferenças existem, já que se trata de personalidades distintas, mas o modelo por mim internalizado diz sempre da importância do diálogo na relação conjugal” (F1, 26 anos, 3 anos e 6 meses de casamento).

“Existem mais coisas em comum do que diferentes nos dois relacionamentos. Aprendi muito a valorizar e respeitar o casamento com a minha mãe. Aprendi a esperar o momento certo para discutir a relação e evitar certas brigas desnecessárias. Acho que assim como meus pais, eu e meu marido somos melhores amigos” (F25, 28 anos, 8 anos e 2 meses de casamento).

Esses relatos sugerem a importância da história familiar na conjugalidade dos sujeitos. Os pais, enquanto casal conjugal, parecem ter servido de modelo e referência, de forma que F1 e F25 parecem ter dado continuidade ao legado recebido. Essas falas corroboram resultados dos estudos de Féres-Carneiro et al (2007) sobre a influência da história familiar, acompanhada da marca da continuidade, bem como o trabalho de elaboração da herança recebida, conforme enfatizado por Kaës (1993). Na fala de F25 parece ser ela quem toma a iniciativa na discussão da relação com o cônjuge, o que corrobora estudos de Carter e McGoldrick (1995) sobre a tendência das mulheres, diferentemente dos homens, em classificar os aspectos problemáticos do casamento.

Outros homens disseram ter o casamento dos pais como exemplo e referência. Eles enfatizam transportar alguns aprendizados para o próprio casamento.

“Aprendi com meus pais a tentar conviver da melhor maneira possível com minha esposa, tentando entender seus desejos e perspectivas. Acredito que por ter crescido em um ambiente saudável e livre de brigas, isto repercutiu no meu casamento de forma positiva. Tento respeitar minha esposa como vi meu pai respeitar minha mãe, lidando com os estresses do dia a dia da melhor forma possível” (M2, 35 anos, 6 anos de casamento).

“Tenho o casamento do meu pai como exemplo e na medida do possível procuro copiar o bom exemplo que tive no meu casamento. Procuro desenvolver um casamento onde o respeito, o companheirismo, o amor, a liberdade, a cumplicidade e um relacionamento sincero possam prosperar” (M7, 42 anos, 14 anos e 4 meses de casamento).

“Creio que eu tenha aprendido algumas coisas com o casamento dos meus pais, e que transporte as mesmas para o meu casamento. Assumir a responsabilidade de um marido e a palavra final nas decisões de casa. Relacionamento baseado na fidelidade. Ver o cônjuge como companheiro e estimular seu crescimento” (M16, 36 anos, 5 anos e 2 meses de casamento).

O aprendizado com os pais, ressaltado nas falas, aponta o papel do ambiente conjugal e familiar enquanto modelo precedente ao sujeito, ressaltando os aspectos da transmissão psíquica entre as gerações. As ideias sobre casamento formadas no âmbito da família de origem parecem ter influenciado os contratos e os modelos interativos ao longo do ciclo vital dos sujeitos, como a manutenção de respeito e cumplicidade enfatizados pelos homens. Ao mesmo tempo, criaram ambiente propício para a construção de uma realidade própria do casal, possibilitada pela construção do vínculo, conforme enfatizado nos estudos de Puget (2000). Desse modo, parecem ter criado uma realidade compartilhada, o que pode ter propiciado

a construção do *quid pro quo conjugal*, entre os membros do casal, conforme ressaltado por Walsh (2002), tendo respeito e diálogo como parte dessa realidade. Além da busca por conciliarem os desejos e individualidades, conforme enfatizado por Féres-Carneiro (1998). O discurso de M16 remete aos estudos de McGoldrick (1995), sobre a importância para as mulheres da fidelidade dos homens e de se ter um marido provedor, o que talvez possua reflexos na adequação do comportamento de M16 ao tradicional padrão dos papéis sexuais.

Algumas mulheres pontuam semelhanças entre o seu casamento e o dos pais, mas reconhecem a existência de diferenças, enfatizando a busca por melhorias.

“Vejo muitas semelhanças e muitas diferenças entre o meu casamento e o de meus pais. Ambos são relacionamentos duradouros e estáveis. Ambos são relacionamentos que valorizam a família concebida. Ambos são relacionamentos em que os cônjuges cumprem rigorosamente seus papéis de pai e mãe, e sobretudo de garantidores de prole. Ambos são relacionamentos com cumplicidade. Meu relacionamento com meu marido é mais aberto, mais independente, somos duas pessoas que se apoiam, mas que se respeitam em suas individualidades. Meu marido é mais dedicado a família nas tarefas do dia-a-dia do que meu pai. Meu casamento é mais tolerante nas questões familiares. No casamento dos meus pais as decisões cabiam ao marido. No meu casamento ambos decidem, vale a melhor solução que é buscada por ambos e para o bem de todos” (F20; 52 anos; 28 anos e 2 meses de casamento).

“Sinto/percebo que tenho muitas características parecidas com os meus pais em meu relacionamento. A rigidez que eles sempre apresentaram é algo que percebo no meu comportamento. Entretanto, esforço-me para ser diferente, ter um relacionamento bilateral onde discutimos opiniões, brigamos, festejamos etc. Mas sempre tentando dar a mesma importância para o que os dois dizem/pensam” (F15; 23 anos; 5 anos de casamento).

“Entre o meu casamento e o dos meus pais há algumas semelhanças como o respeito mútuo, o carinho, o desejo por permanecer no relacionamento. Entre as diferenças que, penso eu, constituem-se pela observação das situações vivenciadas por eles ao longo da vida, daquilo que não quero fazer igual, está a cumplicidade que tenho no meu casamento e não vejo no deles, colocando outro em primeiro lugar, ouvindo sempre e apoiando-o em qualquer situação, a parceria entre ambos” (F16; 28 anos; 1 ano e 9 meses de casamento).

“A relação que vejo entre meu casamento e dos meus pais é a fidelidade, o companheirismo e a dedicação muito grande aos filhos. Considero que na minha relação com meu marido há mais diálogo e mais ajuda mútua nas tarefas domésticas, já que trabalho muito e minha mãe não trabalhava fora” (F17; 54 anos; 26 anos e 6 meses de casamento).

Estas mulheres ressaltam a presença de aspectos positivos do casamento dos pais no próprio casamento, buscando fazer diferente o que perceberam como negativo no casamento dos pais. Estas narrativas trazem a importância da flexibilidade no relacionamento conjugal, e remetem aos estudos de Singly (1993)

sobre a importância de compatibilizar as individualidades no espaço conjugal, sendo necessário aos membros do casal privilegiar a conjugalidade em detrimento das individualidades. Embora reconheçam as dificuldades do casamento dos pais, as mulheres admitem que a base familiar foi muito importante para a constituição da própria família. Tais falas corroboram resultados de estudos de Satir (1971) sobre os pais como arquitetos da família e base para o desenvolvimento dos filhos, servindo como ponto referência. A busca dos sujeitos por um relacionamento mais aberto ao diálogo e com mais igualdade nas tomadas de decisão entre os membros do casal apontam as mudanças ocorridas nas famílias (FÉRES-CARNEIRO et al, 2007). Já a parceria entre os membros do casal, ajuda mútua nas tarefas domésticas e dedicação do marido nas tarefas do dia a dia mencionados por F16, F17 e F20 corroboram estudos de Carter e McGoldrick (1995) sobre a importância das mudanças dos rituais tradicionais, com oportunidade de elaboração e redefinição do próprio relacionamento e estudos de Jablonski (2007) sobre a tendência em direção à igualdade de responsabilidades entre os cônjuges. Desse modo, podemos pensar que no casamento destas mulheres parece ter ocorrido elaboração do modelo de referência, permitindo a vivência de um relacionamento não sexista.

Alguns homens citam similaridades e diferenças entre o próprio casamento e o dos pais.

“Apesar de meus pais não terem o relacionamento ideal que se espera de um matrimônio eles tem algumas características que servem de modelo para a minha relação com minha esposa, tais como: a responsabilidade um com o outro e com a família, a dedicação ao trabalho, a sensibilidade pelo sofrimento das pessoas da comunidade, a fé em Deus, o amor e a doação pelos filhos. As limitações deles em relação ao relacionamento conjugal me serviram de alerta para não repetir tais comportamentos na minha relação, por exemplo, a falta de diálogo e a não cumplicidade entre eles me fizeram ser, ou melhor, cultivar a cumplicidade e o diálogo” (M5; 41 anos; 21 anos e 10 meses de casamento).

“Acredito que podem haver algumas relações entre o meu atual relacionamento e a vida matrimonial de meus pais, como a troca de tarefas. Um "estilo" de minha companheira, semelhante ao de minha mãe, a saber, mais dominadora e controladora. Porém, acredito que em meu relacionamento tento "consertar" alguns erros que vi serem cometidos por meus pais, principalmente tentando manter um diálogo mais aberto, franco e com o máximo de honestidade com minha companheira. Além de priorizar, sempre que possível, o respeito por sua pessoa” (M20; 28 anos; 2 meses de casamento).

“Existem alguns pontos em comum entre o casamento dos meus pais e o meu próprio casamento. Minha esposa e eu não sentimos ciúmes excessivos e não faltamos com respeito um ao outro nos momentos de discordância de pensamento. Convivemos com amigos em comum e temos liberdade para sairmos com nossos amigos pessoais. O diálogo é bom, falamos e conversamos sobre tudo, com certeza

nos divertimos muito juntos. Percebo que uma grande diferença entre os casamentos é a cumplicidade que meus pais não tinham. Em comparação ao meu casamento, parecia que não tinham tanta afinidade de ideias” (M21; 33 anos; 6 meses de casamento).

“Penso que há semelhanças: brincamos muito um com o outro, mas também há desentendimentos. Às vezes, fico impaciente e deixo que minha esposa “fale sozinha” – meu pai também fazia. Mas há cumplicidade” (M15; 38 anos; 10 anos de casamento).

Os sujeitos reconhecem características do casamento dos pais que são similares em seu próprio casamento como reciprocidade no que tange às responsabilidades, troca de tarefas, diversão juntos e brincadeiras. A percepção das similaridades traz as vivências no ambiente da família de origem, deixando a marca da continuidade, conforme ressaltado por Féres-Carneiro et al (2007) e Satir (1971). Entretanto, algumas divergências como falta de diálogo, de cumplicidade e de respeito no casamento dos pais fez com que os sujeitos buscassem tê-los em seu próprio casamento. A tentativa de M20 de “consertar” alguns erros, que viu os pais cometerem, sugere a busca dos sujeitos por flexibilidade e mudanças em relação ao modelo de referência (CERVENY, 2007), além da troca de tarefas, o que mostra ter ocorrido alguma modificação na maneira tradicional de divisão de papéis (JABLONSKI, 2001), sugerindo o trabalho de transformação e elaboração do modelo de referência, conforme estudos de Kaës (1993). Ainda que os indivíduos tentem seguir o modelo do casamento dos seus pais, a partir das suas falas, podemos notar que há, também, a marca da diferença que diz respeito a sua forma própria e singular de constituir um casal. Há um remanejamento, com uma apropriação do modelo conforme a subjetividade de cada um.

5. Considerações Finais

Os sujeitos desse estudo ressaltaram a percepção de semelhanças e diferenças entre o seu casamento e o casamento dos pais. A grande maioria possui a família tradicional (pai provedor/ mãe do lar) como modelo de referência. Alguns sujeitos ressaltaram a busca por transformação e diferenciação, em seu próprio casamento, de aspectos que não perceberam no casamento dos pais como diálogo, manifestação de afeto e companheirismo. Em contrapartida, outros disseram que estas mesmas características estiveram presentes no casamento dos pais e serviram de modelo, permanecendo em seu próprio casamento. Com base nas crenças conjugais presentes no imaginário de cada um e nas experiências vivenciadas no ambiente familiar, os participantes que perceberam somente as semelhanças exaltaram as características positivas presentes no casamento dos pais e que se repetem no próprio casamento. Outros sujeitos reconheceram aspectos semelhantes entre os dois casamentos, porém ressaltaram, também, aspectos negativos do casamento dos pais que serviram de modelo para que buscassem fazer diferente. Por outro lado, alguns dos participantes, que apontaram somente as diferenças, ressaltaram características do casamento tradicional dos pais e trouxeram a percepção da ausência, no casamento dos pais, de ingredientes que consideram importantes como: amor, intimidade, respeito mútuo, dentre outros.

Desse modo, a percepção positiva dos filhos sobre o casamento dos pais remete ao fato de as ligações subjetivas entre os pais, enquanto membros do casal, serem reconhecidas e legitimadas pelos filhos. Podemos perceber pelos relatos destes sujeitos que, tanto para as mulheres quanto para os homens, a conjugalidade dos pais é vista como exemplo de amor e afeto. Observamos que, as relações que se estabelecem entre os membros do casal, e entre estes e sua prole apontam para a existência dos contratos implícitos no âmbito familiar. A percepção das semelhanças dos aspectos positivos, presentes no casamento do sujeito e no dos pais, ressalta o caráter relacional entre os indivíduos no ambiente familiar.

Os sujeitos que ressaltaram semelhanças, mas também diferenças e aspectos negativos, do casamento dos pais parecem buscar por melhoramento. Mesmo com as diferenças de época, de fases da vida e da percepção da existência dessas diferenças, eles reconhecem e validam as semelhanças entre o seu casamento e o dos pais. Seus relatos sugerem que, embora o modelo familiar de referência tenha

pontos negativos, ele serviu de alerta para que pudessem se relacionar de forma mais saudável com o cônjuge.

Os participantes que ressaltaram somente as diferenças enfatizaram que o casamento dos pais possui características do modelo de família tradicional. Em geral, trazem algumas características que descrevem esse modo de funcionamento com pai provedor, mãe do lar e submissa ao marido, assimetria de poder entre os membros do casal, desigualdade no compartilhamento de tarefas, presença de agressões físicas e verbais, com pouca ou nenhuma manifestação de afeto. Estes sujeitos disseram ter um relacionamento com mais igualdade entre os membros do casal, compartilhando as obrigações e tarefas no âmbito familiar, com mais abertura para o diálogo e respeito na resolução de conflitos. Essas mudanças ocorridas no casamento dos sujeitos corroboram estudos de McGoldrick (1995) sobre a importância da mudança dos rituais tradicionais, o que parece ter possibilitado aos sujeitos vivenciar uma acomodação conjugal mais equitativa, diferentemente da dos pais.

No que tange aos conflitos, em alguns casos, a conjugalidade dos pais parece ter deixado marcas, por vezes traumáticas, que repercutiram na construção da conjugalidade dos filhos. Para algumas mulheres, parece ainda permanecer o caráter traumático da violência física, verbal e psicológica presenciada no ambiente familiar, e que deixou, na memória delas, aspectos negativos do casamento dos pais e marcas traumáticas no psiquismo. Desse modo, elas buscam se relacionar com seus cônjuges de forma a propiciarem ambiente suficientemente bom, enfatizando a construção de parceria com o cônjuge. Isso pode representar uma tentativa inconsciente de ressignificação, metabolização e transformação do material psíquico herdado, conforme enfatizado por Correa (2000).

Nesse sentido, pensamos que apagar essa memória traumática, trazendo mudanças radicais, pode ser grave em termos psíquicos, pois envolve a história de várias filiações e genealogias que, embora possam ter se constituído em uma experiência traumática, remonta à história de cada sujeito em interface com o coletivo. Porém, alguns participantes deste estudo parecem, de algum modo, buscar romper com o caráter traumático do modelo de referência, propiciando ambiente mais saudável do que o da família de origem. Desse modo, as marcas deixadas nos filhos denunciam o caráter traumático das vivências de violência no âmbito familiar, fazendo emergir uma possível tentativa inconsciente de ressignificação e

o trabalho de elaboração e metabolização do material psíquico da herança genealógica. Assim, eles buscam se relacionar de modo diferente no próprio casamento.

A presença de amor, intimidade, afeto, dentre outros sentimentos também foi ressaltada por alguns sujeitos como referência no casamento dos pais. Em contrapartida, outros sujeitos enfatizaram a ausência desses mesmos sentimentos no casamento dos pais e a presença em seu próprio casamento. Isso sugere que, embora o amor possa construir, há outros elementos fazendo parte da manutenção do que foi construído. Assim, podemos constatar que o tempo de convivência somado a outros fatores relacionados aos sentimentos possibilitam o desenvolvimento de intimidade, companheirismo, comprometimento e a solidificação do relacionamento. Desse modo, resta aos membros do casal acreditar e investir no relacionamento, convivendo com as estranhezas, o irrepresentável e o inassimilável como sendo parte do contexto cotidiano.

Embora a época do casamento dos participantes deste estudo possa ser significativamente diferente da dos seus pais, as respostas de grande parte deles sugerem que há anseios por um casamento mais respeitoso e saudável. Dessa forma, o casamento dos pais parece ter oferecido aos sujeitos capacidade de elaboração e de ressignificação dos rituais tradicionais da família de origem, favorecendo a construção de ambiente conjugal mais saudável e funcional. Pelas falas dos sujeitos, podemos pensar que a realidade compartilhada pelos membros do casal permitiu que as mudanças ocorressem e à medida que vivenciaram a vida conjugal, as crenças, esperanças e expectativas foram sendo construídas e partilhadas. Assim, o aprendizado obtido no ambiente familiar parece ter possibilitado aos sujeitos elaborar o que foi transmitido, concomitantemente, transformar e agregar características próprias, o que sugere ressignificação do legado recebido da família de origem.

Porém, também observamos neste estudo, alguns resquícios do modo de funcionamento da família tradicional que parecem ainda vigorar. A partir de algumas enunciações foi possível observar algumas repetições relacionadas ao casamento dos pais, corroborando resultados dos estudos de Walsh (2002), Féres-Carneiro et al (2007) sobre a família como modelo de referência. Nessa perspectiva, o modo de se relacionar das figuras de referência parece ter influenciado a interação conjugal atual de alguns sujeitos e, em alguns casos, parece ainda influenciar.

Assim, o casamento envolve o encontro de duas subjetividades que trazem particularidades e singularidades, sendo que, na contemporaneidade, conciliar os desejos e vontades de dois sujeitos exige trabalho, renúncias e flexibilidade, bem como traz a possibilidade de transformar o legado recebido das gerações anteriores, conforme ressaltado por Granjon (2000). Considerando a singularidade de cada relacionamento amoroso e as diferenças de contexto social, ficam evidentes características distintas dos modos de se relacionar em cada casamento, ao mesmo tempo em que se mantêm resquícios, não elaborados, do modo de se relacionar dos pais. Destaca-se assim, a necessidade de serem investigados os aspectos inconscientes da transmissão em outros estudos.

6. Referências Bibliográficas

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2012.

BAUMAN, Z. **44 cartas ao mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: Uma estrutura para a Terapia Familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C. M. O. **Família em Movimento**. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CORREA, O. B. R. Eclosão dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: _____. **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2000. cap. 4, p. 61-71.

DIAS, M. **A construção do casal contemporâneo**. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2000.

DINIZ, G.; COELHO, V. A história e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Família e Casal**: Efeitos da Contemporaneidade. 1. ed. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio/ Loyola, 2005, p. 138-157.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In.: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Família e Casal**: efeitos da contemporaneidade. 1. ed. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio/ Loyola, p. 111-121, 2005.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. Transmissão psíquica geracional: um estudo de caso. Em: Féres-Carneiro (Org). **Família e Casal**: Saúde, Trabalho e Modos de vinculação. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 341-363, 2007.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.11, n.2, p. 379-394, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, T., MAGALHÃES, A. S. E PONCIANO, E.. Família e casal: da tradição à modernidade. In: CERVENY, C. M. O. **Família em Movimento**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FREUD, S. **Totem e tabu**: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. Tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras. (Original publicado em 1913), 2013.

FROMM, E. **A arte de amar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor, erotismo nas sociedades modernas. 1. ed. São Paulo: UNESP, 1993.

GRANJON, E. A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. 1. ed. São Paulo: Escuta, p. 17-43, 2000.

HATFIELD, F. Passionate and companionate love. In: Sternberg, R. J.; Barnes, H. L. (Orgs.). **The psychology of love**. New Haven: Yale University, p.191-217, 1988.

JABLONSKI, B. Atitudes frente à crise do casamento. In: Féres-Carneiro, T. (Org.). **Casamento e família**: Do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, p. 81-95, 2001.

JABLONSKY, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Família e Casal**: Saúde, trabalho e modos de vinculação. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 203-228.

KAËS, R. **Transmission de la vie psychique entre générations**. Paris: Dunod, 1993.

LAZARTIGUES, A. Nouvelles familles, nouveaux enfants, nouvelles pathologies. **Neuropsychiatrie de l'enfance et de l'adolescence**, 55(1), 304-320, set./ out. 2007.

LEJARRAGA, A. L. **O amor em Winnicott**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LEVY, L. & GOMES, I.C. Relações amorosas: rupturas e elaborações. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.43.1, p.45-57, 2011.

MACHADO, L.Z.; MAGALHÃES, M.T.B. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. (Orgs). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal. Brasília**: Paralelo 15. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p.173-237.

PALERMO, F. R.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MACHADO, R. N. Ambiente conjugal: repercussões na parentalidade. Rio de Janeiro: **Caderno de Psicanálise**, v. 38 (34), p. 129-148, 2016.

PASSOS, M. C. Intimidade: origem na família e repercussões na clínica. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: transmissão, conflito e violência**. 129-140, 2013. São Paulo: Casa do Psicólogo.

PASSOS, M. C. Vicissitudes do tempo na formação dos laços familiares. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e Casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015, p. 11-23.

PUGET, J. Disso não se fala: Transmissão e memória. In.: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. 1. ed. São Paulo: Editora Escuta, 2000, cap. 6, p.73-87.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Investimento da mulher no mercado de trabalho: repercussões na família e nas relações de gênero. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e Casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015, p. 103-117.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SATIR, V. **Thérapie du couple et de la famille**. 1. ed. Paris: Epi, 1971.

SCHEINKMAN, M. Para além da traição: reconsiderando a infidelidade na terapia de casais. **Family Process**, 44:227-244, 2005.

SINGLY, F. **Sociologie de la famille contemporaine**, Paris: Nathan. Sociedade – diálogos interdisciplinares. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993, p. 29-38.

STAUDT, A. C. P.; WAGNER, A. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, 10(1),174-185, 2008.

STERNBERG, R. J. A Triangular theory of love. **Psychological Review**, v. 93, p.119-135, 1986.

STERNBERG, R. J. **The triangle of love**. New York: Basic Books, 1988.

VERARDO M.T. **Violência no relacionamento amoroso**. 1. ed. São Paulo: IMEP, 1990.

WALSH, F. **Casais saudáveis e Casais Disfuncionais: Qual a diferença?** In: ANDOLFI, M. (Org.). A crise do casal. Porto Alegre: Artmed Editora, p.13 – 28, 2002.

WINNICOTT, D.W. (1956). Preocupação materna primária. In.: **Obras escolhidas: Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.